

Conselho Deliberativo

Presidente

José Maurício de Lima Nolasco

Vice-presidente

Jonas Lopes de Carvalho Junior

Conselheiros

Aluisio Gama de Souza

José Gomes Graciosa

Marco Antonio Barbosa de Alencar

Julio Lambertson Rabello

Aloysio Neves Guedes

Ministério Público Especial

Horacio Machado Medeiros

Secretário-Geral de Controle Externo

Ricardo Ewerton Britto Santos

Secretária-Geral de Planejamento

Maria Alice dos Santos

Secretário-Geral de Administração

Emerson Maia do Carmo

Secretária-Geral das Sessões

Leila Santos Dias

Procurador-Geral

Giuseppe Bonelli

Chefe de Gabinete da Presidência

Adriana Lopes de Castro

Diretora-Geral da Escola de Contas e Gestão

Paula Alexandra Nazareth

Coordenador-Geral de Comunicação Social,

Imprensa e Editoração

Mauro Silveira



COMPARATIVO DOS MUNICÍPIOS

APRESENTAÇÃO

Esta é a décima edição dos Estudos Socioeconômicos dos municípios fluminenses, que o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro oferece aos gestores, legisladores, técnicos, pesquisadores e leitores interessados na realidade multifacetada das cidades e da zona rural que compõem o universo fluminense além da capital cosmopolita, centro das atenções do país.

Ao focalizar as realidades desses locais onde vive mais da metade da população do estado, os Estudos vêm contribuindo para prover elementos e propor alternativas aos poderes públicos locais para as demandas da sociedade. Ao apresentar, a cada edição, a evolução de uma série de indicadores que retratam seis anos consecutivos, ultrapassando o tempo de um mandato da gestão municipal, trazemos um conjunto de conhecimentos capaz de servir como fundamento para a elaboração de políticas públicas efetivas, tanto no âmbito de cada cidade quanto para suas regiões.

A cada edição, um tema é escolhido para análise aprofundada. Nesse ano em que se comemora a biodiversidade, uma pesquisa sobre como estamos cuidando de nossas águas é apresentada no sexto capítulo. O arcabouço institucional existe há mais de dez anos, e instrumentos estão à disposição para se implantar uma efetiva adequação da gestão dos recursos hídricos às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais.

Entretanto, o que se verifica é uma falta de cuidado com a manutenção ou recuperação dos corpos d'água. Nos dias atuais, a degradação do meio ambiente não deve ser considerada como um mal necessário para o desenvolvimento. É tempo de investimentos maciços na profilaxia e no tratamento dos resíduos e efluentes urbanos e industriais. Tais ações devem fazer parte do esforço para alcançar a sustentabilidade, conceito em constante construção, que tem múltiplas dimensões: a espacial, a ecológica, a ambiental, a social, a política, a econômica, a demográfica, a cultural e a institucional.

Esta coleção de noventa e um estudos, referentes a cada município jurisdicionado a este Tribunal de Contas, convida o leitor à reflexão sobre um leque de temas da maior relevância para o Estado do Rio de Janeiro. Este comparativo a complementa com algumas análises feitas sobre a economia fluminense em 2009 e o desempenho do conjunto de seus municípios nos últimos anos. Todas as estatísticas das finanças municipais apresentam elevado grau de dispersão e sugerimos que seja feita uma leitura mais detalhada dos Estudos Socioeconômicos de cada município de interesse.

Ao final, elaboramos uma série de tabelas que resumem alguns indicadores de cada município, também disponíveis no portal do Tribunal de Contas do Estado, nas edições de 2001 a 2010 dos Estudos Socioeconômicos.

SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO
Dezembro de 2010

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
I - INDICADORES ECONÔMICOS	5
Situação da economia do Brasil em 2009	5
Inflação	6
PIB mundial	7
PIB nacional e seus componentes	7
Situação da economia do Estado do Rio de Janeiro	8
PIB regional e dos municípios de 2003 a 2008	13
II - INDICADORES FINANCEIROS	19
1. Indicador de equilíbrio orçamentário em 2009:	23
2. Indicador do comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa em 2009:	23
3. Indicador de autonomia financeira em 2009:	24
4. Indicador do esforço tributário próprio em 2009:	25
5. Indicador da dependência de transferências de recursos em 2009:	27
6. Indicador da carga tributária <i>per capita</i> em 2009:	29
7. Indicador do custeio <i>per capita</i> em 2009:	29
8. Indicador dos investimentos <i>per capita</i> em 2009:	30
9. Indicador do grau de investimento em 2009:	31
10. Indicador da liquidez corrente em 2009:	31
Tabela 1 - Receitas totais e <i>per capita</i> de 2009, com indicadores	33
Tabela 2 - Despesas totais e <i>per capita</i> de 2009	35
Tabela 3 - Carga tributária <i>per capita</i> em 2009 – total e rubricas	37
Tabela 4 - Custeio <i>per capita</i> e comprometimento em 2009	39
Tabela 5 - Investimento <i>per capita</i> e grau de investimento em 2009	41
Tabela 6 – <i>Royalties</i> e dependência de transferências em 2009	43

COMPARATIVO DOS MUNICÍPIOS

I - INDICADORES ECONÔMICOS

Situação da economia do Brasil em 2009

Depois de praticamente seis anos de excepcional expansão, a uma taxa média de 5%, a economia mundial começou a diminuir o ritmo, a partir de meados de 2007. A origem desse freio foi uma intensa retração no setor imobiliário americano, deflagrada por uma onda de inadimplência no segmento de hipotecas de alto risco denominadas *subprime*. Instrumentos de difícil controle pelas autoridades regulatórias, como a securitização de empréstimos, permitiram o alastramento desta onda inicial de inadimplência, que provocou uma reação de contração do mercado de crédito, reduzindo em parte o consumo das famílias, principal parcela do PIB dos Estados Unidos. A economia norte-americana apresentou trajetória descendente de 2007 para 2008, passando a encolher durante o exercício de 2009, quando seu PIB real teve redução equivalente a -2,5%, o mesmo ocorrendo com as economias da região do euro, que apresentaram variação negativa da ordem de 3,9% do PIB.

A trajetória da economia mundial respeitou dois períodos distintos em 2009. O primeiro, observado até meados do segundo trimestre do ano, incorporou a continuidade da reversão do ciclo de expansão econômica iniciado em 2002. Nesse cenário, as evidências de que a obstrução nos canais de crédito se traduziria em ciclo recessivo agudo suscitou a atuação coordenada dos bancos centrais e governos dos Estados Unidos e de países europeus com vistas a estabilizar seus sistemas financeiros e mitigar os efeitos da intensificação da crise sobre o nível de atividade.

O maior dinamismo registrado na economia mundial no decorrer do segundo semestre de 2009 revelou que tal coordenação de políticas econômicas passava, efetivamente, a favorecer uma retomada. Nesse sentido, a atenuação e, em algumas economias, a reversão do ambiente recessivo observado desde meados de 2008, refletiram as contribuições inerentes ao maior dinamismo da demanda interna, especialmente o impacto da flexibilização das políticas monetária e fiscal sobre os gastos de consumo privado, e à intensificação do comércio externo.

Os efeitos da crise sobre a indústria brasileira se materializaram, principalmente, pelas vias comercial e creditícia. A contração da demanda externa exerceu efeitos negativos sobre as indústrias de bens de capital, com ênfase no recuo das produções de aviões e caminhões e de bens de consumo duráveis, em especial no segmento de automóveis. O colapso temporário da oferta nos mercados de crédito interno e externo reduziu a disponibilidade de capitais para investimento e a aquisição de bens de maior valor unitário, movimento que, em cenário de deterioração das expectativas de empresários e consumidores, afetou negativamente os setores industriais produtores de bens de capital e de bens de consumo duráveis.

De acordo com o Banco Central, a atuação do governo brasileiro incorporou medidas importantes nas esferas fiscal, cambial e monetária, objetivando adequar as condições de liquidez interna e proporcionar estímulo à demanda agregada que mitigassem o impacto, sobre o nível da atividade, do ambiente recessivo observado nas principais economias maduras. Na área fiscal, deve se enfatizar a adoção de medidas temporárias de desoneração tributária, com ênfase para a isenção ou redução nas alíquotas do Imposto

sobre Produtos Industrializados (IPI) incidentes sobre eletrodomésticos, automóveis, produtos da construção civil, móveis e bens de capital. Esta política se mostrou relevante para assegurar a relativa estabilidade do nível do emprego em segmentos intensivos em mão de obra e para fortalecer o dinamismo da demanda interna, elemento essencial para a recuperação experimentada pela economia brasileira no decorrer do ano.

A política federal de comércio exterior se concentrou na criação de instrumentos voltados a assegurar a liquidez em moeda estrangeira, em cenário de escassez de linhas de crédito externas e, em consequência, de deslocamento de parcela significativa das operações financeiras relativas ao comércio exterior brasileiro para o mercado doméstico.

O cenário recessivo observado a partir do acirramento da crise nos mercados financeiros internacionais se traduziu na reversão da postura mais restritiva adotada pelo Comitê de Política Monetária – Copom na condução da política monetária em 2008. Nesse sentido, após interromper, ao final de 2008, o processo de elevação da taxa Selic iniciado na reunião de abril daquele ano, o Copom reduziu a taxa básica de juros no início de 2009. Mesmo assim, permanece como a taxa real de juros mais alta do mundo.

A recuperação do nível da atividade interna, após o período recessivo no último trimestre de 2008 e no primeiro de 2009, evidenciou o dinamismo da demanda interna, que assegurou, inicialmente, o desempenho favorável dos segmentos produtores de bens de menor valor agregado e, posteriormente, em ambiente de melhora nas condições do mercado de crédito e nas expectativas dos agentes econômicos, a recuperação dos segmentos associados a bens de consumo de maior valor agregado e a bens de capital.

A evolução do consumo das famílias foi favorecida, no período mais agudo da crise, pela sustentação da renda inerente aos programas de transferência do governo federal e pela relativa estabilidade experimentada pelo mercado de trabalho. A consolidação dos gastos de consumo, evidenciada no desempenho das vendas varejistas, refletiu o efeito do aumento da confiança dos consumidores sobre sua disposição em relação ao comprometimento de renda futura e o impacto das melhores condições de crédito sobre as compras de bens duráveis. O comportamento dos investimentos, em linha com a melhora acentuada observada nos indicadores relacionados às expectativas empresariais e com o ritmo de crescimento da produção e dos indicadores de utilização da capacidade instalada, constituiu-se em determinante adicional à sustentabilidade do atual processo de crescimento da economia.

A recuperação consistente da economia brasileira é evidenciada, adicionalmente, pela elevação, ao final de setembro de 2009, da classificação de risco do país a *investment grade* pela agência Moody's, alinhando sua avaliação à das outras principais agências, Standard & Poor's e Fitch Ratings, que reconhecem a capacidade do país em absorver choques e a melhora significativa do perfil de crédito soberano do Brasil.

Inflação

Os impactos recessivos da crise sobre a atividade econômica mundial provocaram ajuste nas transações correntes do país, enquanto a permanência dos fluxos de capitais estrangeiros possibilitou o financiamento integral do balanço de pagamentos e a continuidade do programa de acumulação de reservas internacionais. As taxas de inflação, embora apresentassem recuo anual acentuado em 2009, em especial quando

COMPARATIVO DOS MUNICÍPIOS

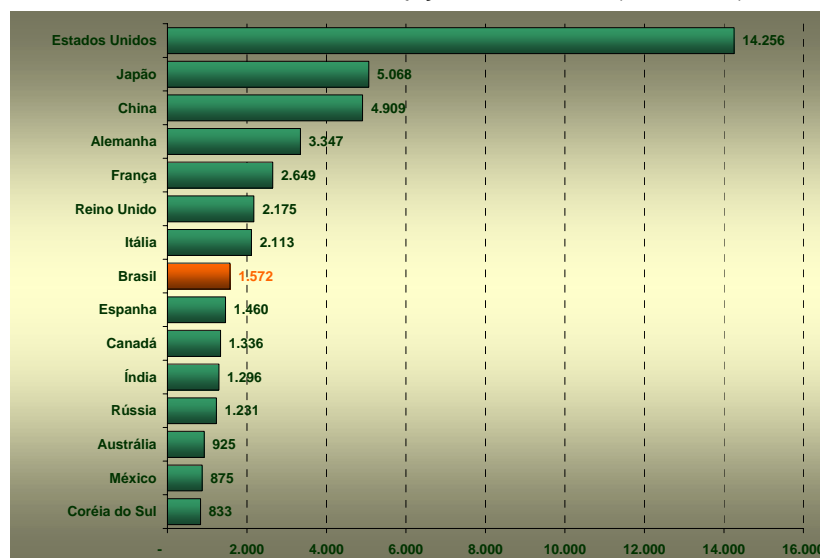
considerada a variação dos índices gerais, registraram aceleração importante nos últimos meses do ano. Ainda assim, a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo IBGE, atingiu 4,31%, situando-se no intervalo de tolerância da meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional para a inflação.

PIB mundial

Estimado em 58,1 trilhões de dólares, o PIB mundial se retraiu 1,7% em 2009. Os Estados Unidos seguem como a maior economia do planeta. A Índia superou a Rússia e a China saltou à frente do Japão em 2010, tornando-se a segunda potência. Desde 2007, o PIB chinês superou o PIB de países como Itália, Inglaterra, França e Alemanha.

No *ranking* mundial do PIB, em 2009 o Brasil ultrapassou a Espanha e se firmou como a oitava economia do mundo, à frente também de Canadá, Índia, Rússia, Austrália, México e Coréia do Sul. O gráfico a seguir ilustra projeção do Banco Mundial 1 para as maiores economias em 2009:

Gráfico 1: Maiores economias - Projeção do PIB de 2009 (US\$ bilhões)



PIB nacional e seus componentes

Em suas contas nacionais trimestrais, o IBGE aponta que, em 2009, o PIB brasileiro variou -0,2% em relação a 2008. Em valores correntes, alcançou R\$ 3.143 bilhões.

Nos anos recentes, após os 3,2% de crescimento em 2005, a taxa acumulada em 12 meses acelerou até atingir o pico de 6,6% no terceiro trimestre de 2008. Em seguida, houve desaceleração: chegou a -1,0% no terceiro trimestre de 2009, fechando o ano em -0,2%. Como, em 2009, a população brasileira cresceu 0,99%, o PIB *per capita* ficou em R\$ 16.414, sofrendo uma queda de 1,2% em relação a 2008.

1 - Disponível em <http://siteresources.worldbank.org/DATASTATISTICS/Resources/GDP.pdf>. Acesso em 20.8.2010.

A queda de 5,2% na agropecuária em 2009 se deveu à redução na produção de culturas importantes, como trigo (-16,0%), milho (-13,5%), café (-12,8%) e soja (-4,8%).

Na indústria, houve recuo de 5,5% e todas as atividades apresentaram queda, sendo a maior na indústria de transformação (-7,0%), seguida pela construção civil (-6,3%) e por eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (-2,4%). A extrativa mineral registrou recuo de 0,2%, com crescimento de 5,7% na produção de petróleo e gás, mas queda de 22,3% na extração de minérios ferrosos.

O recuo do PIB nacional poderia ter sido maior não fosse o setor de serviços, que cresceu 2,6% globais, com resultados positivos para intermediação financeira e seguros (6,5%), outros serviços (5,1%), serviços de informação (4,9%), administração, saúde e educação pública (3,2%) e serviços imobiliários e aluguel (1,4%). Por outro lado, os serviços ligados à indústria de transformação tiveram queda: comércio atacadista e varejista (-1,2%) e transporte, armazenagem e correio (-2,3%).

Pela ótica da demanda, o setor externo perdeu peso, com queda de participação tanto das exportações como das importações, enquanto a demanda interna ganhou peso, com destaque para a despesa de consumo das famílias. Essa cresceu 4,1% em 2009: sexto ano consecutivo de aumento. A despesa do consumo da administração pública também aumentou (3,7%). Por outro lado, a formação bruta de capital fixo caiu 9,9%: a taxa de investimento no ano de 2009 foi de 16,7% do PIB, a menor desde 2006. No setor externo, as exportações tiveram redução de 10,3% e as importações, de 11,4%.

Situação da economia do Estado do Rio de Janeiro

Os principais indicadores consolidados de 2009 mostram que as expectativas anteriores de reativação da atividade produtiva do Rio de Janeiro parecem não se confirmar.

Em relação à indústria de transformação, comparando-se os acumulados anuais 2008-2009, observou-se uma redução superior a 7% na produção, queda essa fortemente vinculada à crise econômica já mencionada. Comparando-se as produções acumuladas de 2009 em relação a 2008 2, constatou-se que a indústria geral decresceu 3,79%, sendo que a extrativa evoluiu 10,54% mas a de transformação reduziu-se em 7,25%. As maiores perdas da indústria de transformação foram referentes às atividades têxtil (-17,36%), minerais não metálicos (-15,66%), outros produtos químicos (-15,04%), veículos automotores (-19,15%) e metalurgia básica (-14,24%). Com variação positiva foram registradas somente as atividades bebidas (+9,89%), farmacêutica (+ 5,77%) e perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza (+5,54%). Em relação à indústria da construção civil, medida indiretamente através do consumo de cimento, o acumulado janeiro-dezembro de 2009 apresentou um decréscimo de 9,8%, frente a igual período de 2008.

No comércio, por outro lado, o crescimento acumulado no ano foi de 5,67%. Quase todas as atividades apresentaram taxas de variação positiva, conforme os registros a seguir: móveis e eletrodomésticos, 11,52%; hipermercados e supermercados, 9,88%; equipamentos de informática e de comunicação, 9,77%; artigos farmacêuticos, 6,38%;

2 - Fonte: http://www.ceperj.rj.gov.br/Bolcon/Boletim_Anol_n12.pdf e http://www.ceperj.rj.gov.br/Bolcon/Boletim_Anol_n1.pdf. Acesso em 22.9.2010.

COMPARATIVO DOS MUNICÍPIOS

combustíveis, 4,59%; e livros e jornais, 0,97%. As atividades de veículos, motos, partes e peças e de material de construção, que estão contempladas nas estatísticas do comércio varejista ampliado, registraram taxas de variação positivas de 23,0% e 6,9%, respectivamente. Apenas duas atividades do varejo apresentaram queda no volume de vendas de dezembro de 2008 a dezembro de 2009: tecido e vestuário (-8,78%) e outros artigos pessoais (-2,67%).

Dados referentes ao ano de 2008 foram disponibilizados ao final de 2010, quando foi revisada esta 10ª edição do Estudo Socioeconômico dos Municípios Fluminenses. De acordo com a Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro – Ceperj, o PIB do Estado do Rio de Janeiro atingiu R\$ 343,2 bilhões em 2008, com crescimento de 4,15%, em volume, em relação a 2007. O IBGE estimou que o PIB nacional de 2008, a preços de mercado, teria registrado expansão de 5,2%. A tabela que se segue apresenta a evolução do PIB estadual em relação ao Brasil.

Tabela 1: PIB, PIB per capita, população residente e relação PIB Rio de Janeiro/PIB Brasil – 1995-2008

Ano	Rio de Janeiro				Brasil		Relação PIB RJ/ PIB Brasil (%)
	Produto Interno Bruto			População residente (habitantes)	PIB per capita (R\$)	Produto Interno Bruto (R\$1.000.000)	
	Em R\$1.000.000	Índice 1995=100	Variação anual (%)				
1995	78.944,95	100,00	-	13.642.758	5.786,58	705.640,89	11,19
1996	94.684,07	100,99	0,99	13.795.558	6.863,37	843.965,63	11,22
1997	104.424,11	101,95	0,95	13.947.862	7.486,75	939.146,62	11,12
1998	114.177,72	102,75	0,78	14.107.866	8.093,20	979.275,75	11,66
1999	127.218,91	103,20	0,44	14.319.537	8.884,29	1.064.999,71	11,95
2000	139.754,79	105,86	2,57	14.493.715	9.642,44	1.179.482,00	11,85
2001	152.098,91	106,78	0,87	14.668.977	10.368,75	1.302.135,03	11,68
2002	171.371,99	110,87	3,82	14.846.102	11.543,23	1.477.821,77	11,60
2003	188.014,96	109,64	(1,11)	15.024.965	12.513,50	1.699.947,69	11,06
2004	222.945,04	113,17	3,22	15.203.750	14.663,82	1.941.498,36	11,48
2005	247.017,53	116,51	2,95	15.383.407	16.057,40	2.147.239,29	11,50
2006	275.327,13	121,15	3,99	15.561.720	17.692,59	2.369.483,55	11,62
2007	296.767,78	125,53	3,62	15.420.450	19.245,08	2.661.344,53	11,15
2008	343.182,07	130,74	4,15	15.872.362	21.621,36	3.031.864,49	11,32
2009	(1)			16.010.386			

Fonte: Ceperj/IBGE. Nota 1: Não é mais divulgada pela Ceperj a estimativa preliminar do PIB do ano anterior.

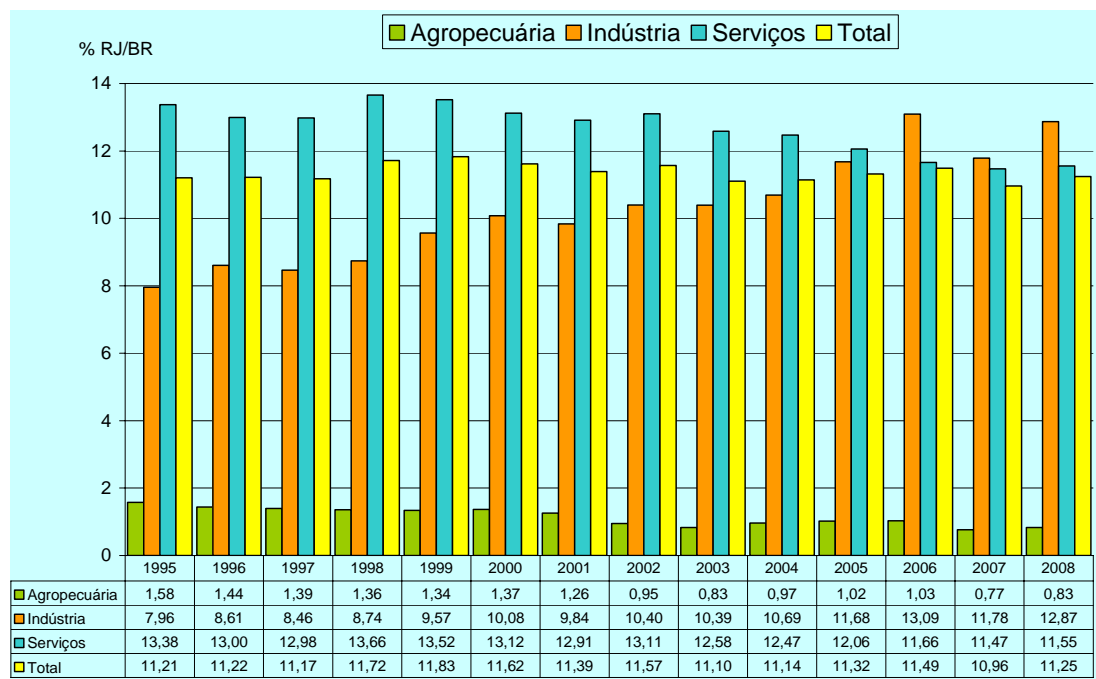
O gráfico a seguir apresenta a evolução do total da participação do PIB fluminense no país, bem como dos três setores de atividades econômicas. Nos quatorze anos retratados, a agropecuária recuou 47,3% em sua participação nacional e os serviços, 13,7%. A indústria foi o que beneficiou o Estado do Rio de Janeiro, com crescimento de 61,7% de sua participação. O balanço final foi de variação total de 0,4% entre 1995 e 2008.

Dentre os componentes do setor industrial, enquanto extração de petróleo e de outros minerais aumentou sua participação nacional em excepcionais 213,0% no período,

a indústria de transformação cresceu 13,2%. Os serviços industriais de utilidade pública (energia elétrica, água/esgoto, limpeza urbana e gás) – SIUP e a construção civil registraram quedas de 20,8% e 29,1%, respectivamente.

Todos os componentes do setor de serviços fluminense tiveram redução em sua participação no Brasil, com destaque para intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados (-24,7%); comércio (-17,1%); administração, saúde e educação públicas e seguridade social (-12,6%).

Gráfico 2: Participação do Rio de Janeiro no valor adicionado bruto do Brasil, segundo as atividades econômicas – 1995-2008



O desempenho da economia fluminense de 2008 manteve o estado com o segundo maior PIB brasileiro em 2008, atrás apenas de São Paulo.

Dos maiores estados brasileiros, o Rio de Janeiro é aquele em que a agropecuária tem a menor importância em sua economia, participando com 0,4% do valor adicionado total do estado em 2008. As atividades de produção vegetal apresentaram crescimento médio de 22,1%, enquanto as de produção animal tiveram queda de -12,2%, explicada principalmente pela queda da atividade de pesca no estado (-38,2%). Nas atividades de agricultura, silvicultura e exploração florestal, todas tiveram crescimento, com exceção de cultivo de cereais (-12,3%). Entre as principais atividades de produção vegetal com alta em seu índice de volume, pode-se destacar: cultivo de outros produtos da lavoura temporária, com 35,2%; e silvicultura e exploração florestal, com 13,8%; enquanto, na produção animal, a criação de aves e a criação de bovinos e outros cresceram respectivamente 16,0% e 4,2%, enquanto a criação de suínos caiu -1,4%.

No setor industrial, a economia fluminense encerrou 2008 com expansão de 2,7% sobre igual período do ano anterior, chegando a 31,6% do PIB estadual. A indústria extrativa participava com 12,3% em 2007 e passou a 15,4% do valor adicionado do



COMPARATIVO DOS MUNICÍPIOS

estado em 2008, favorecida pelo aumento do preço do petróleo em 2008, embora tenha apresentado taxa de variação em volume de 0,3%. As indústrias de transformação, cuja participação no valor adicionado total é de 9,9% em 2008, tiveram queda de -0,8% em volume. Os serviços industriais de utilidade pública, com participação de 1,7% no valor adicionado total, e construção civil, com participação de 4,6%, registraram crescimentos de 20,1% e 6,3%, respectivamente, em 2008.

Os serviços, responsáveis por 68,0% do valor adicionado em 2008, ante 69,7% no ano anterior, registraram crescimento real de 3,9% em seu valor adicionado e os destaques foram: intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados, com 12,7%; serviços prestados às empresas, 6,1%; serviços de informação, 8,4%, e serviços de alojamento e alimentação, 9,3%.

Dados do IBGE apontam a administração pública como atividade que mais contribuiu para o PIB estadual, seguida pela indústria extrativa, segunda colocada. Comércio e serviços de manutenção e reparação ficaram com a terceira posição.

A tabela a seguir apresenta o desempenho dos subsetores de atividade em 2008:

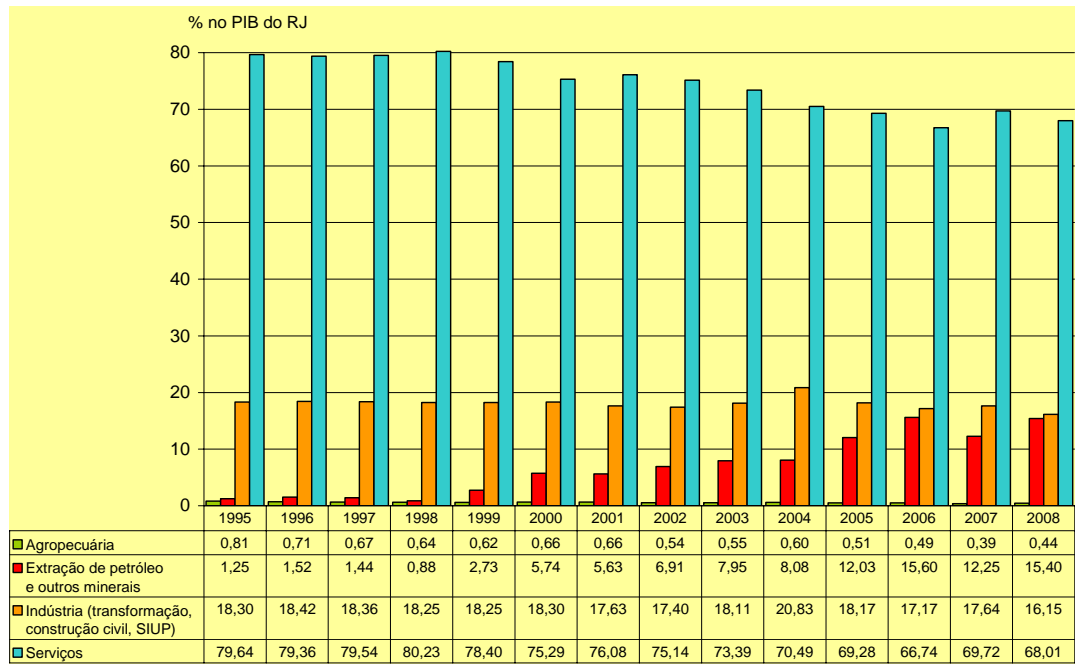
Tabela 2: Participação da atividade no valor adicionado bruto a preço básico – RJ – 2008

Atividades	Participação (%)
AGROPECUÁRIA	
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	0,21
Pecuária e pesca	0,23
INDÚSTRIA	
Indústria extrativa	15,40
Indústria de transformação	9,87
Construção civil	4,62
SIUP - Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	1,66
SERVIÇOS	
Comércio e serviços de manutenção e reparação	10,11
Serviços de alojamento e alimentação	2,19
Transportes, armazenagem e correio	4,96
Serviços de informação	4,97
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	5,29
Serviços prestados às famílias e associativas	2,72
Serviços prestados às empresas	6,22
Atividades imobiliárias e aluguéis	9,10
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	17,87
Saúde e educação mercantis	3,26
Serviços domésticos	1,32

Fonte: Ceperj/IBGE - Contas Regionais do Brasil. Nota: Total alcança 100,1 por conta dos arredondamentos.

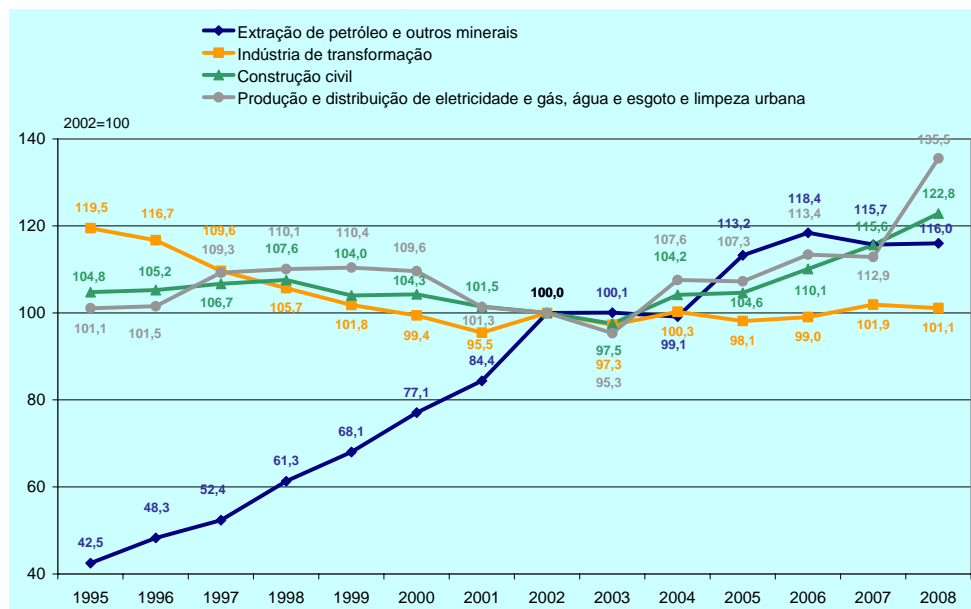
Na última década, o setor de serviços perdeu espaço em sua participação no PIB estadual para a indústria extrativa, em vermelho no gráfico que segue:

Gráfico 3: Evolução da contribuição no valor adicionado bruto ao PIB estadual, segundo atividades econômicas selecionadas – 2003-2008



O gráfico a seguir ilustra a pujança da indústria extrativa, em azul escuro, o recuo e posterior recuperação dos SIUP e da construção civil e a *performance* negativa da indústria de transformação, em laranja. Ao tomar o ano de 2002 como índice 100, os avanços e recuos são facilmente identificáveis:

Gráfico 4: Evolução do volume acumulado do valor adicionado a preço básico, segundo atividades da indústria - 1995-2008

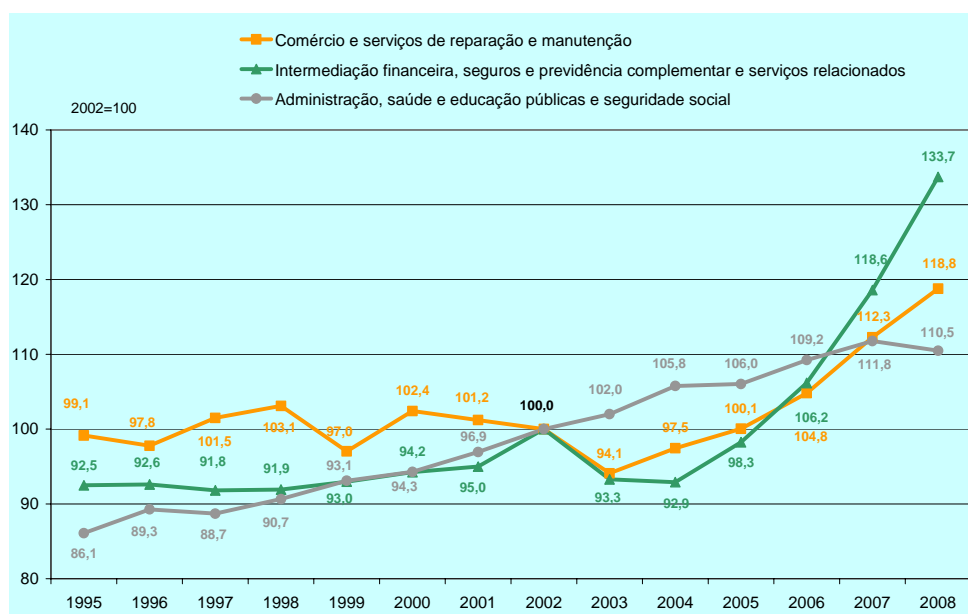


No setor de serviços, a administração pública apresentou crescimento consistente e superior à variação populacional, tendo ocorrido forte recuperação da intermediação financeira nos anos mais recentes. Comércio, entretanto, passou anos em situação pior que a registrada em 1995, somente reagindo positivamente a partir de 2006.

COMPARATIVO DOS MUNICÍPIOS

O crescimento de 3,9%, na comparação de 2008 com 2007, teve destaques em intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados, e serviços de alojamento e alimentação, seguidos por serviços de informação e serviços prestados às famílias. Seguem-se serviços prestados às empresas e comércio e serviços de reparação e manutenção. Os subsetores administração, saúde e educação públicas e seguridade social e serviços domésticos tiveram variação negativa de um ano para o outro. O gráfico a seguir aponta a boa recuperação do setor nos últimos anos:

Gráfico 5: Evolução do volume acumulado do valor adicionado a preço básico, segundo atividades de serviços – 1995-2007



PIB regional e dos municípios de 2003 a 2008

No contexto regional ou municipal, a nova metodologia para apuração do PIB, adotada pela Fundação Ceperj há dois anos, segue aquela do IBGE e apresenta uma sintetização excessiva dos indicadores de produção local, resumidos à descrição dos três setores de atividade econômica, abrindo detalhamento somente ao subsetor de administração pública. A mudança metodológica também excluiu a antiga separação da produção de petróleo e gás natural na Bacia de Campos, passando a integrar as produções industriais de municípios.

O rateio da produção de petróleo e gás natural, no caso de dois ou mais municípios serem confrontantes com o mesmo campo no mar, será proporcional à área de campo contida entre as linhas de projeção dos limites territoriais do município, até a linha de limite da plataforma continental. Mas esse dado não é divulgado e, por conseguinte, a evolução do desempenho da indústria fica mascarada pela impossibilidade de separação da atividade extração de petróleo e gás dos demais subsetores industriais.

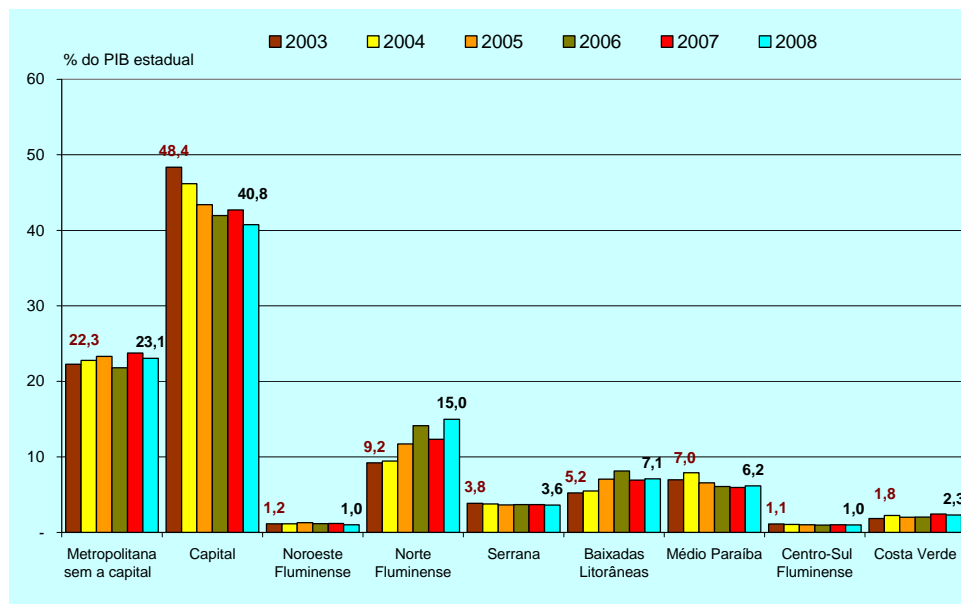
Em virtude dessas restrições, o presente tópico analisará a evolução dessas quatro variáveis: agropecuária, indústria, serviços e administração pública nos níveis estadual e

regional, apresentando, ao final, os comportamentos dos municípios frente à sua região e ao conjunto do Estado do Rio de Janeiro.

Destaque-se que, além da capital, Duque de Caxias e Campos dos Goytacazes foram municípios que constaram do *ranking* dos 20 mais ricos do país em 2008, pela ordem: 2º, 8º e 14º colocados. Em PIB *per capita*, os municípios de Porto Real, com sua indústria automobilística, e Quissamã, pelo petróleo, foram segundo e quarto colocados do Brasil. Nenhum município fluminense consta da lista dos 100 maiores produtores do setor agropecuário no país. Treze se fazem presentes no industrial (Campos, Rio de Janeiro e Duque de Caxias em 2º, 3º e 5º lugares) e doze estão no de serviços (outra vez Rio de Janeiro e Duque de Caxias, mais Niterói em 2º, 12º e 30º lugares). Especificamente do subsetor administração, saúde e educação públicas e seguridade social, dezenove constam dos 100 mais.

O gráfico seguinte traz a evolução da participação de cada região ao valor adicionado bruto do estado. Nessa nova configuração em que a indústria extrativa de petróleo e gás na plataforma continental é produção dos municípios que se beneficiam de seus *royalties*, a capital perde mais expressão frente às demais regiões: somente no período de 2003 a 2008, foram quase oito pontos percentuais. Por outro lado, a região Norte Fluminense ganhou quase seis pontos. A região das Baixadas Litorâneas, também com municípios confrontantes com a Bacia de Campos, subiu 1,9 ponto. Registraram avanços mais modestos as regiões Metropolitana sem a capital e Costa Verde, respectivamente 0,8 e 0,5 pontos percentuais. Um recuo de 0,8 ponto foi identificado na região do Médio Paraíba e outros menores, nas regiões Noroeste, Serrana e Centro-Sul Fluminense.

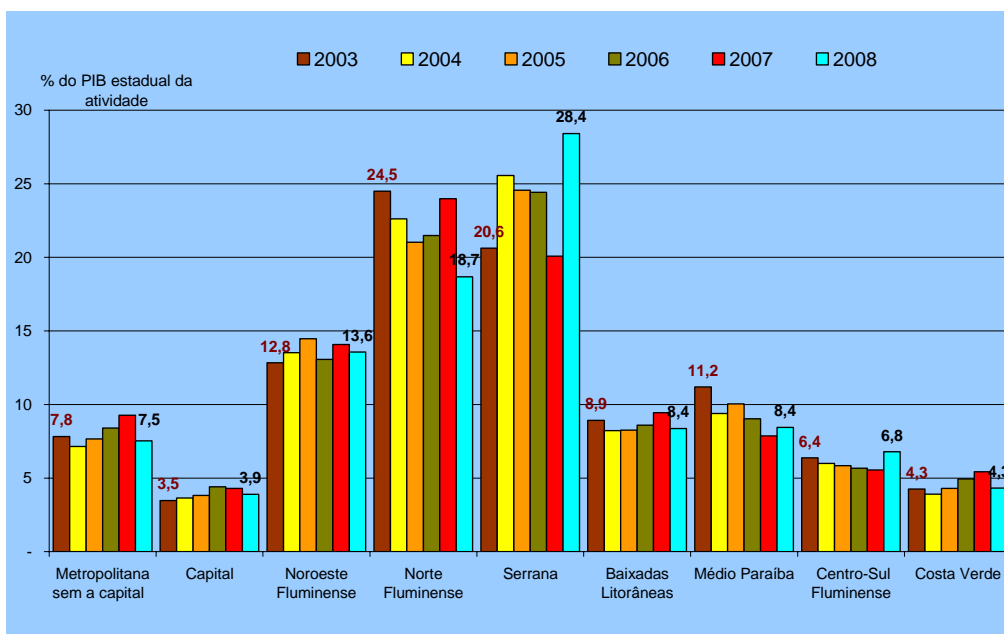
Gráfico 6: Evolução da contribuição das regiões administrativas ao PIB estadual - 2003-2008



As regiões Norte Fluminense e Serrana seguem sendo o celeiro estadual. Ganharam espaço, no PIB estadual do setor primário, a capital e as regiões Metropolitana, Noroeste e Centro-Sul Fluminense. A evolução no período está no gráfico:

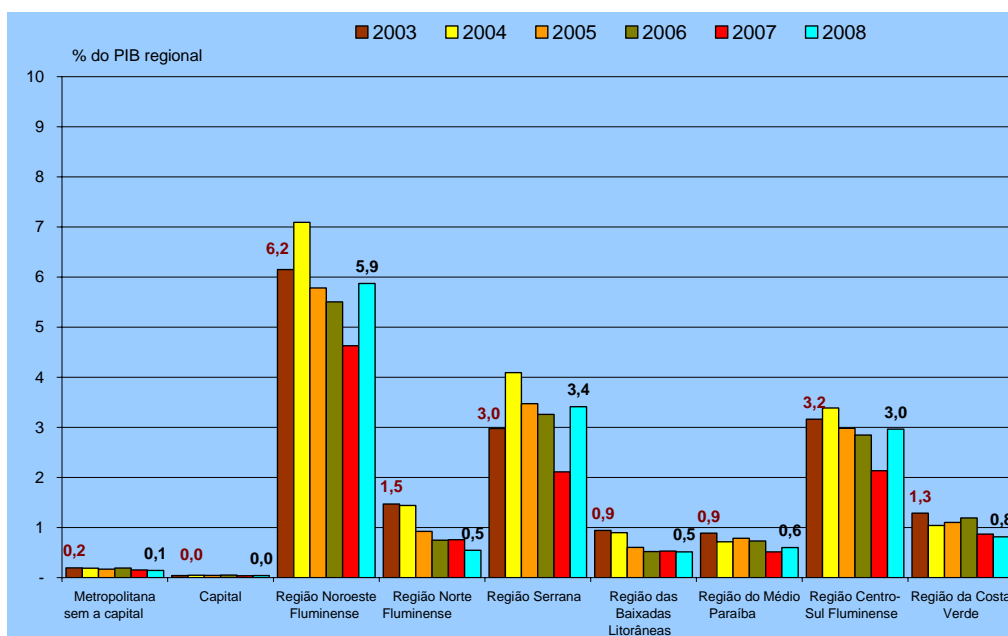
COMPARATIVO DOS MUNICÍPIOS

Gráfico 7: Evolução da contribuição das regiões administrativas ao PIB estadual da agropecuária – 2003-2008



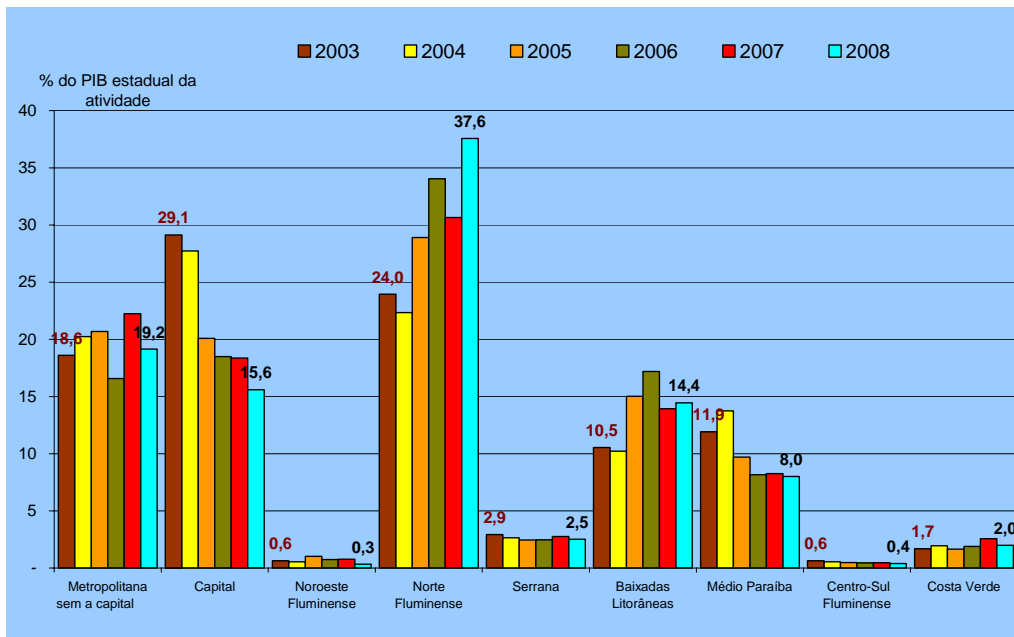
Ainda no setor agropecuário, o peso que a atividade teve na produção de cada região sofreu variações importantes nesse período de seis anos. No próximo gráfico, observa-se que o setor perdeu peso no PIB em todas as regiões, exceto a Serrana e a Metropolitana, onde não tem nenhuma relevância.

Gráfico 8: Evolução da contribuição da agropecuária na economia regional – 2003-2008



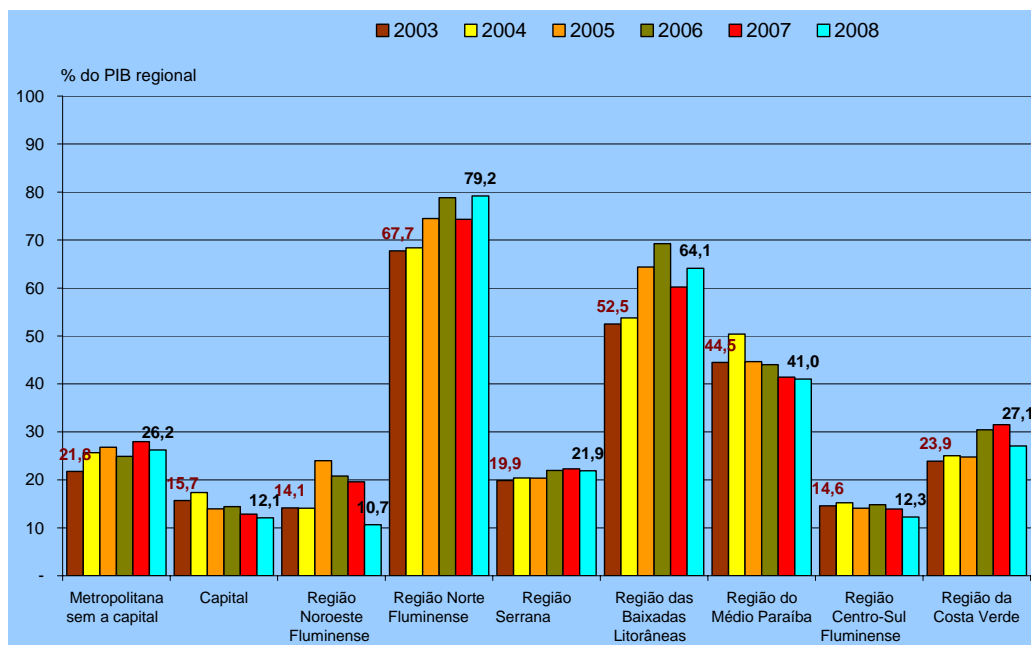
Ganharam espaço, no PIB estadual do setor industrial, a petroleira região Norte Fluminense, seguida de longe pelas regiões Baixadas Litorâneas, Metropolitana sem a capital e Costa Verde. Tradicionais polos industriais, a capital e o Médio Paraíba recuam ante a pujança da conta petróleo e gás. O gráfico ilustra a evolução no período:

Gráfico 9: Evolução da contribuição das regiões administrativas ao PIB estadual da indústria – 2003-2008



O setor industrial prevalece nas regiões confrontantes à Bacia de Campos, crescendo em relevância também na economia das regiões Metropolitana sem a capital, Serrana e Costa Verde, perdendo fôlego no Noroeste, no Médio Paraíba e na capital.

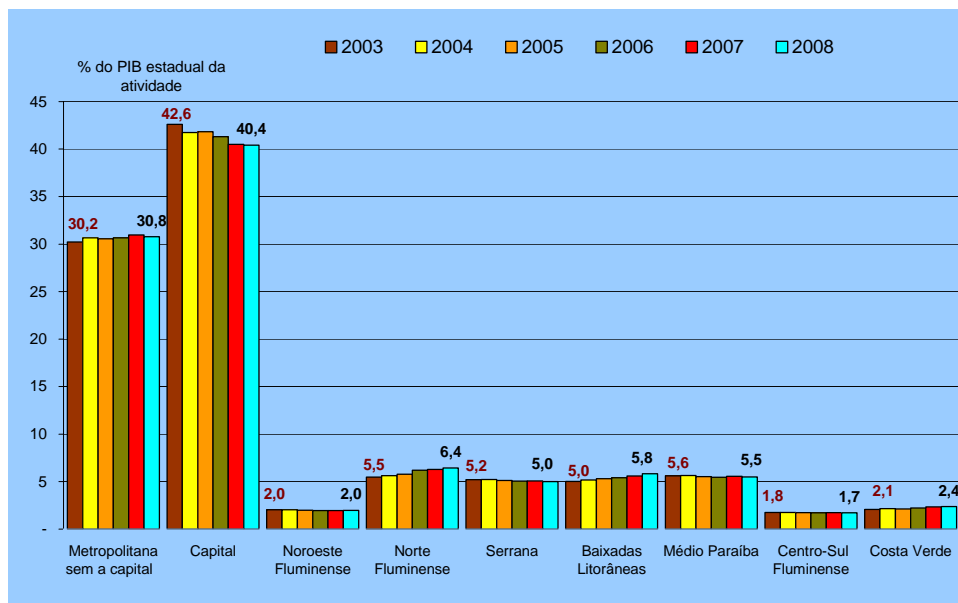
Gráfico 10: Evolução da contribuição da indústria na economia regional – 2003-2008



COMPARATIVO DOS MUNICÍPIOS

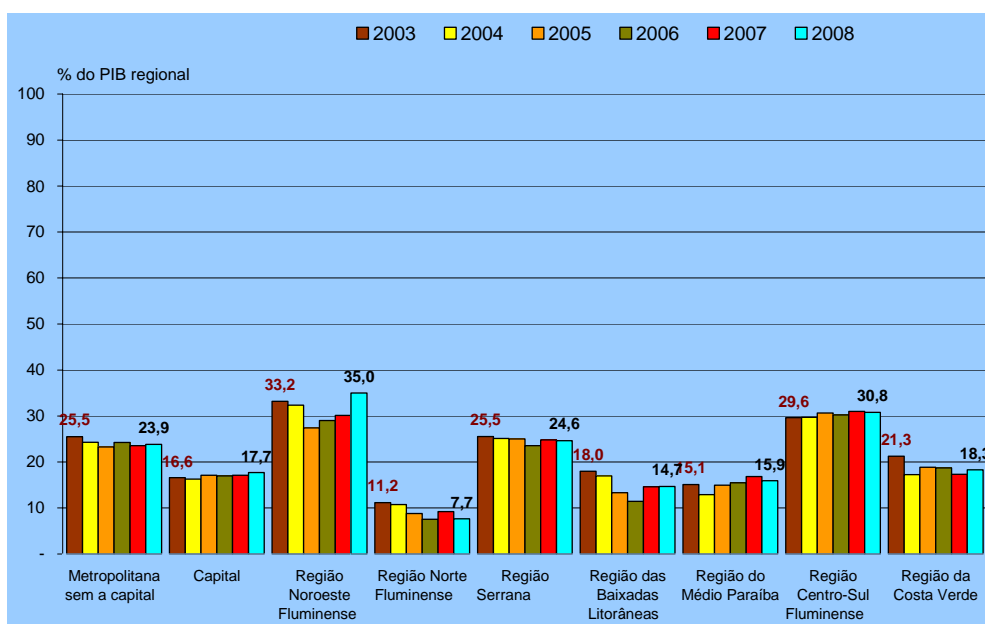
Na capital e na Região Metropolitana estão concentradas as maiores contribuições para o PIB estadual de serviços de administração, saúde e educação públicas e seguridade social. Aqui pode ser observado o aumento da participação das regiões Metropolitana sem a capital, Norte, das Baixadas Litorâneas e Costa Verde, onde tal atividade aumentou muito sua participação no total do estado.

Gráfico 11: Evolução da contribuição das regiões administrativas ao PIB estadual da administração pública – 2003-2008



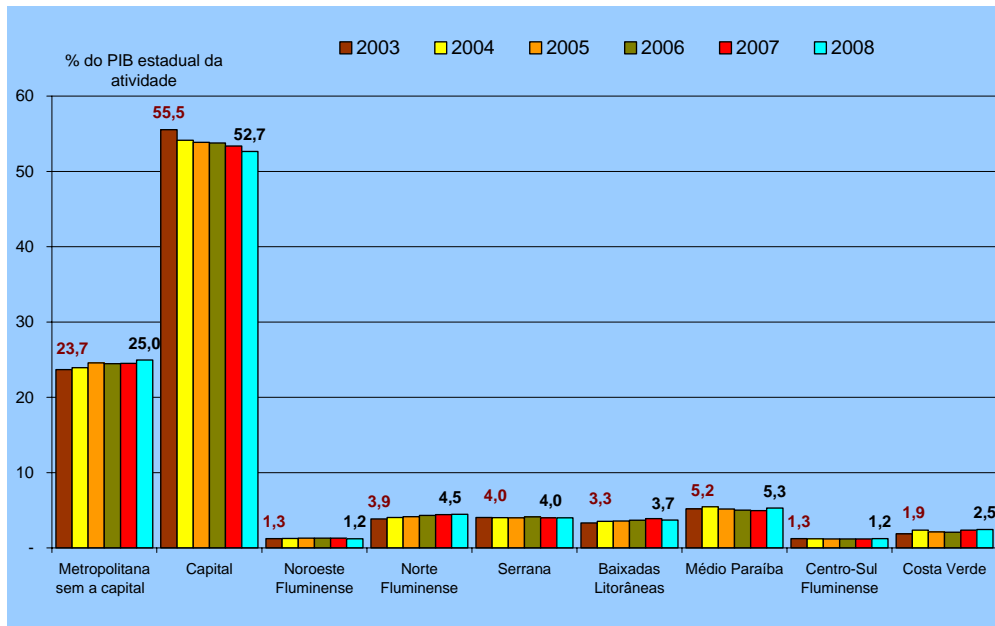
A administração pública é bastante presente no PIB das regiões menos desenvolvidas do estado, sendo pouco representativa no Norte e nas Baixadas Litorâneas em decorrência da pujança da indústria petrolífera.

Gráfico 12: Evolução da contribuição da administração pública na economia regional – 2003-2008



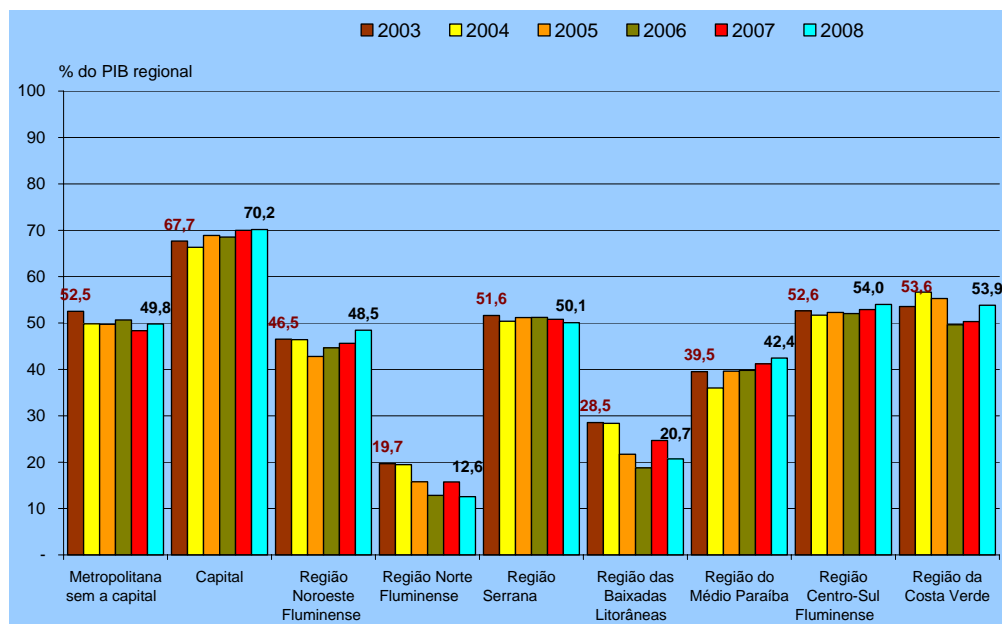
Os demais serviços (excluída a administração pública, já apresentada) estão fortemente concentrados na Região Metropolitana. Com exceção das regiões Noroeste e Centro-Sul, houve crescimento generalizado, em detrimento da participação da capital:

Gráfico 13: Evolução da contribuição das regiões administrativas ao PIB estadual de Outros serviços – 2003-2008



Todas as demais atividades do setor de serviços são preponderantes nas economias regionais, com reduzida ênfase no PIB das regiões petrolíferas, inflacionadas por essa atividade que, todavia, ocorre na plataforma continental.

Gráfico 14: Evolução da contribuição de serviços na economia regional – 2003-2008



COMPARATIVO DOS MUNICÍPIOS

II - INDICADORES FINANCEIROS

O presente capítulo atém-se tão somente à análise do desempenho econômico financeiro dos 91 municípios jurisdicionados ³, com base em números fornecidos pelos próprios nas prestações de contas de administração financeira encaminhadas ao Tribunal de Contas para emissão de parecer prévio, não abordando questões de legalidade, legitimidade e economicidade, objeto de avaliação pelo Corpo Deliberativo do TCE-RJ.

A evolução e a composição das receitas e despesas no período de 2004 a 2009 são demonstradas nos gráficos abaixo, lembrando que as cifras apresentadas neste capítulo são em valores correntes.

Gráficos 15 e 16: Receitas e Despesas totais – 2004-2009



A receita realizada aumentou 100% entre 2004 e 2009, enquanto a despesa cresceu 93%.

3 - Fontes: Prestações de Contas 2004 a 2009 – dados revisados em relação à edição anterior; Fundação CEPERJ; ICMS arrecadado; IBGE: projeção de população 2004 a 2009.

Paraty é o município com maior crescimento de receita, 299%, enquanto os petroleiros Carapebus e Rio das Ostras ostentam as menores taxas, respectivamente 20% e 23%. Em relação à composição das receitas correntes, os gráficos a seguir apresentam sua evolução no período de seis anos em análise:

Gráficos 17, 18, 19, 20, 21, e 22: Composição das receitas correntes – 2004-2009

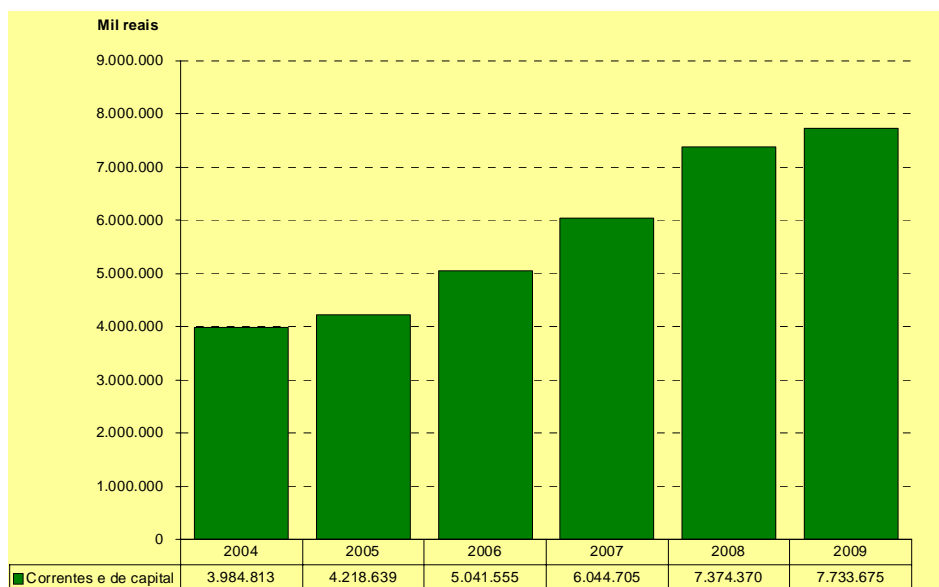


Pode-se observar predominância das transferências correntes e dos royalties, já que a receita tributária representa 18,4% do total no ano de 2009. As transferências do Estado seguem como maior fonte de receita dos municípios. As receitas de contribuição, que incluem iluminação pública e os regimes próprios de previdência, por sua vez, se tornaram realidade e asseguram a sustentabilidade desses sistemas no futuro.

COMPARATIVO DOS MUNICÍPIOS

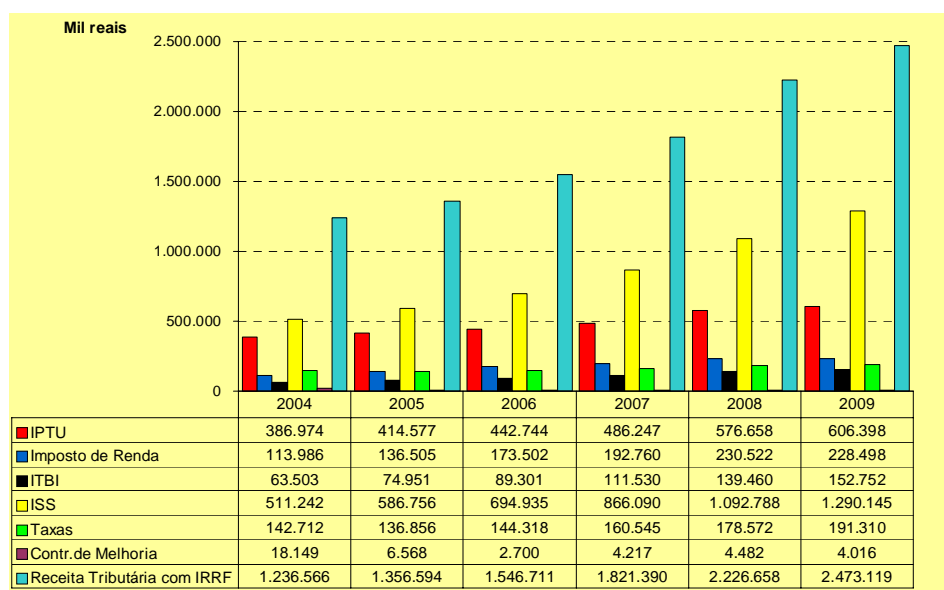
O montante total transferido pela União e pelo Estado ao conjunto dos 91 municípios (excluídos os repasses de participações governamentais ligadas a petróleo e gás) teve um aumento de 94% entre 2004 e 2009:

Gráfico 23: Transferências totais para o município – 2004-2009



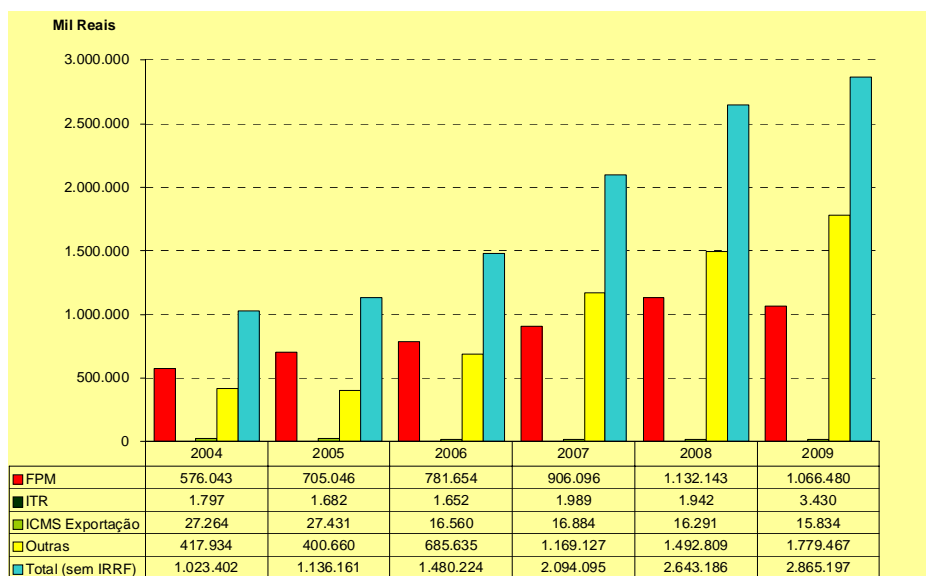
A receita tributária, por sua vez, teve um crescimento de 100% no mesmo período. A evolução desta rubrica foi beneficiada pelo aumento de 152% na arrecadação de ISS e de 100% no Imposto de Renda retido na fonte. Também houve acréscimo de 57% na receita de IPTU, de 141% no ITBI e de 34% nas taxas.

Gráfico 24: Receitas tributárias – 2004-2009



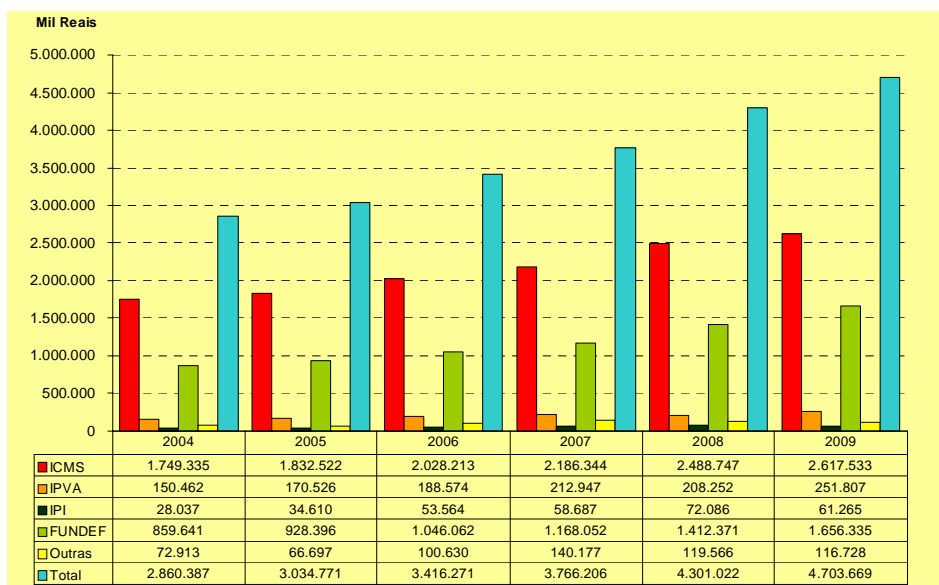
As transferências correntes da União cresceram 180% no período, com aumento de 85% no repasse do Fundo de Participação dos Municípios. O maior volume de transferências da União nos três últimos exercícios se deve, principalmente, aos dados consolidados apresentados pela maioria dos municípios, que incluem repasses do Sistema Único de Saúde – SUS, não contabilizados nos anos anteriores, quando quase todos apresentavam dados somente da Administração Direta, sem incluir os repasses fundo a fundo então existentes.

Gráfico 25: Transferências correntes da União – 2004-2009



A evolução das transferências correntes do estado foi de 64% no período, tendo contribuído para tanto um aumento de 50% no repasse do ICMS e o crescimento de 93% do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, ora FUNDEB.

Gráfico 26: Transferências correntes do Estado – 2004-2009



COMPARATIVO DOS MUNICÍPIOS

Os indicadores a seguir são úteis para melhor interpretação das finanças públicas municipais:

1. Indicador de equilíbrio orçamentário em 2009:

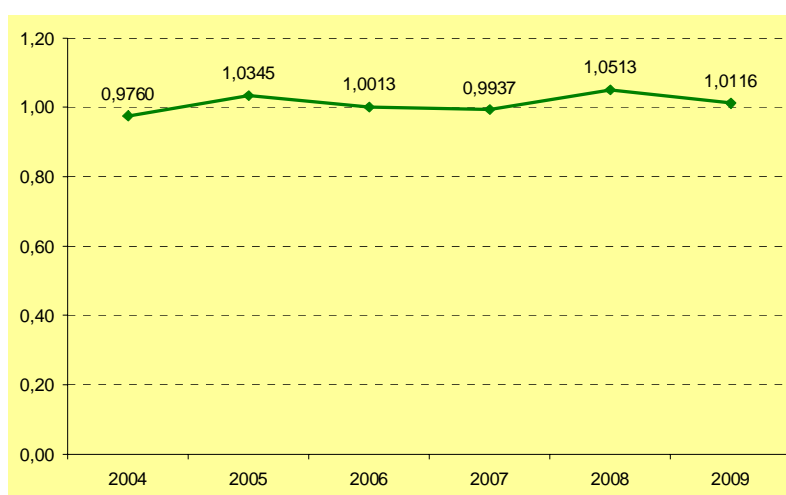
$$\frac{\text{receita realizada}}{\text{despesa executada}}$$

Esse quociente demonstra o quanto da receita realizada serve de cobertura para a despesa executada.

A interpretação objetiva desse quociente nos leva a considerar que há R\$101,16 para cada R\$100,00 de despesa executada, apresentando superávit de execução, na média. Trinta e sete municípios, ao contrário, apresentaram déficit orçamentário em 2009.

Para os exercícios anteriores, o gráfico a seguir apresenta sua evolução, demonstrando equilíbrio orçamentário em quatro dos seis anos em análise.

Gráfico 27: Indicador de equilíbrio orçamentário – 2004-2009



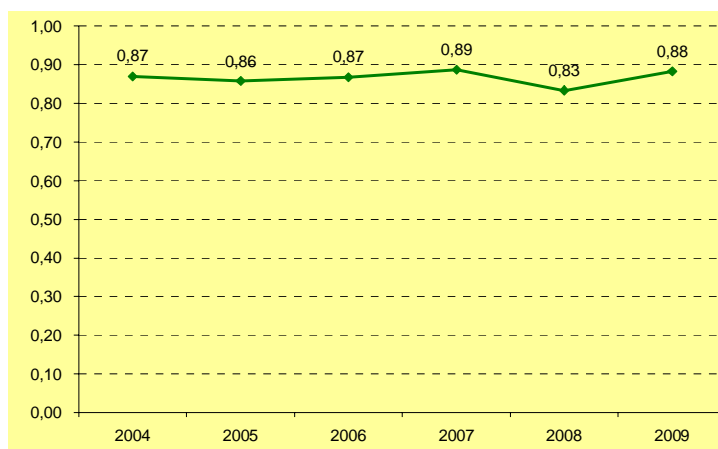
2. Indicador do comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa em 2009:

$$\frac{\text{despesas de custeio}}{\text{receitas correntes}}$$

Esse indicador mede o nível de comprometimento dos municípios com o funcionamento da máquina administrativa, utilizando-se recursos provenientes das receitas correntes.

Do total da receita corrente, 88% são comprometidos com despesas de custeio. Um total de 60 municípios alcançou ou superou essa marca em 2009. O gráfico a seguir apresenta a evolução desse indicador desde 2004:

Gráfico 28: Indicador do comprometimento da receita corrente com o custeio – 2004-2009



As despesas de custeio destinam-se à manutenção dos serviços prestados à população, inclusive despesas de pessoal, mais aquelas destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens móveis, necessárias à operacionalização dos órgãos públicos.

Tais despesas tiveram um crescimento de 103% entre 2004 e 2009, enquanto as receitas correntes cresceram 100% no mesmo período.

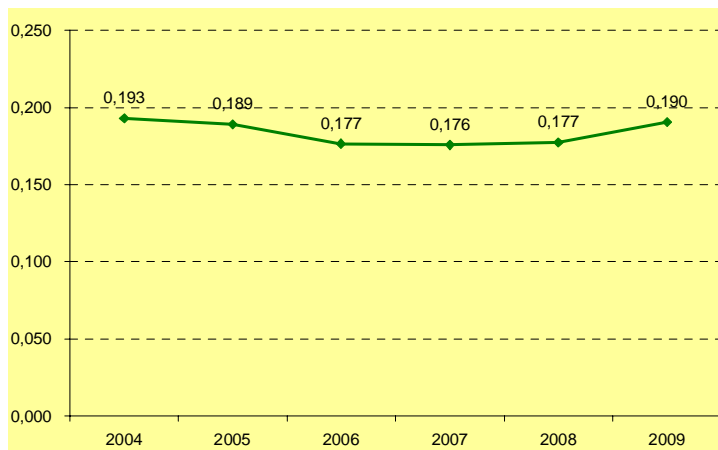
3. Indicador de autonomia financeira em 2009:

$$\frac{\text{receita tributária própria}}{\text{despesas de custeio}}$$

Esse indicador mede a contribuição da receita tributária própria dos municípios no atendimento às despesas com a manutenção dos serviços da máquina administrativa.

Como se pode constatar, o conjunto dos municípios apresentou uma autonomia de 19,0% no exercício de 2009. Niterói é o ente com maior autonomia (42,3%).

Gráfico 29: Indicador de autonomia financeira – 2004-2009



COMPARATIVO DOS MUNICÍPIOS

Um total de 49 municípios tem 10% ou menos de autonomia, inclusos 27 que não superam os 5% desse indicador.

Houve ligeira redução da autonomia municipal, uma vez que a receita tributária do conjunto cresceu 100% no período, contra 103% de aumento das despesas de custeio.

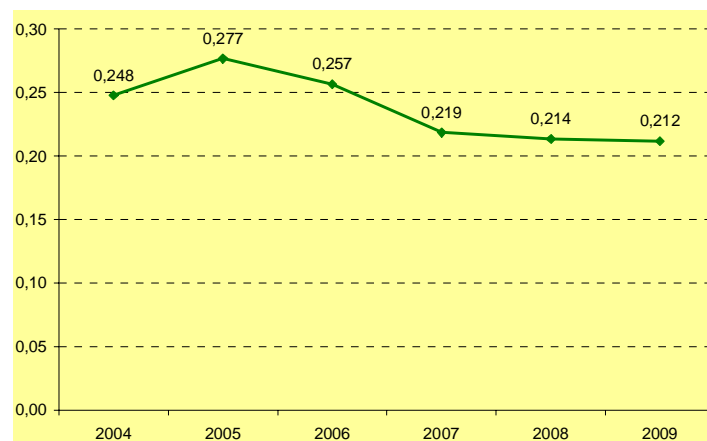
4. Indicador do esforço tributário próprio em 2009:

$$\frac{\text{receita tributária própria + inscrição líquida na dívida ativa}}{\text{receita arrecadada}} =$$

Esse indicador tem como objetivo comparar o esforço tributário próprio que os municípios realizam no sentido de arrecadar os seus próprios tributos, em relação às receitas arrecadadas.

Os recursos financeiros gerados em decorrência da atividade tributária própria do conjunto correspondem a 21,2% da receita total. Nesse caso, são 38 municípios que não superam os 10% de esforço tributário próprio e 21 têm menos de 5% em 2009.

Gráfico 30: Indicador do esforço tributário próprio – 2004-2009

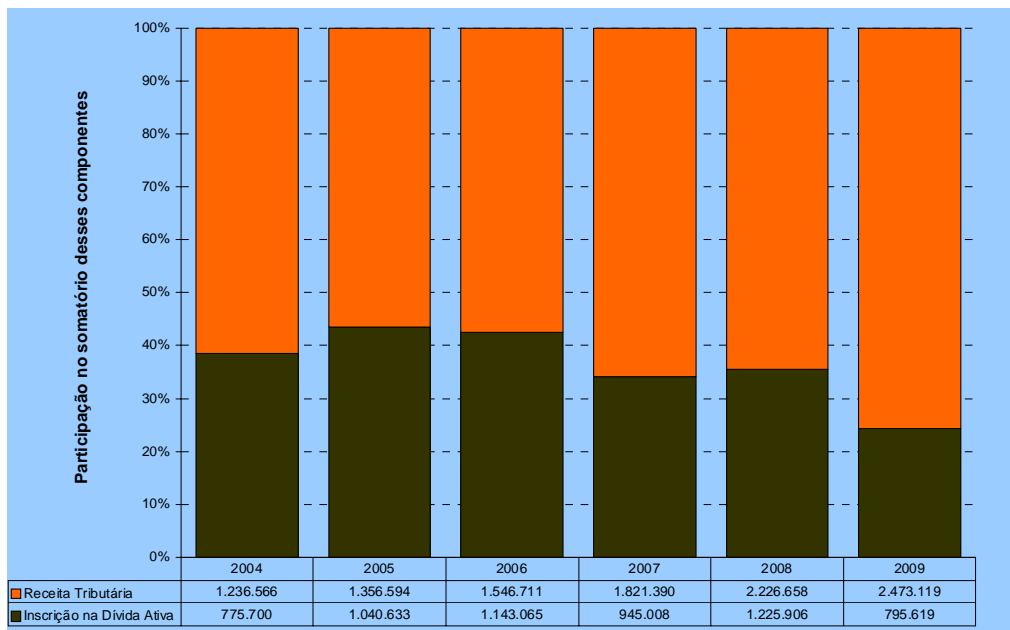


Ocorreu redução de 15% na média desse indicador nos últimos seis anos, apesar dos maiores volumes líquidos inscritos na dívida ativa em 2009.

Não resta dúvida de que a maior parte da capacidade de investimento do município está atrelada ao comportamento da arrecadação de outros governos, federal e estadual, em função das transferências de recursos.

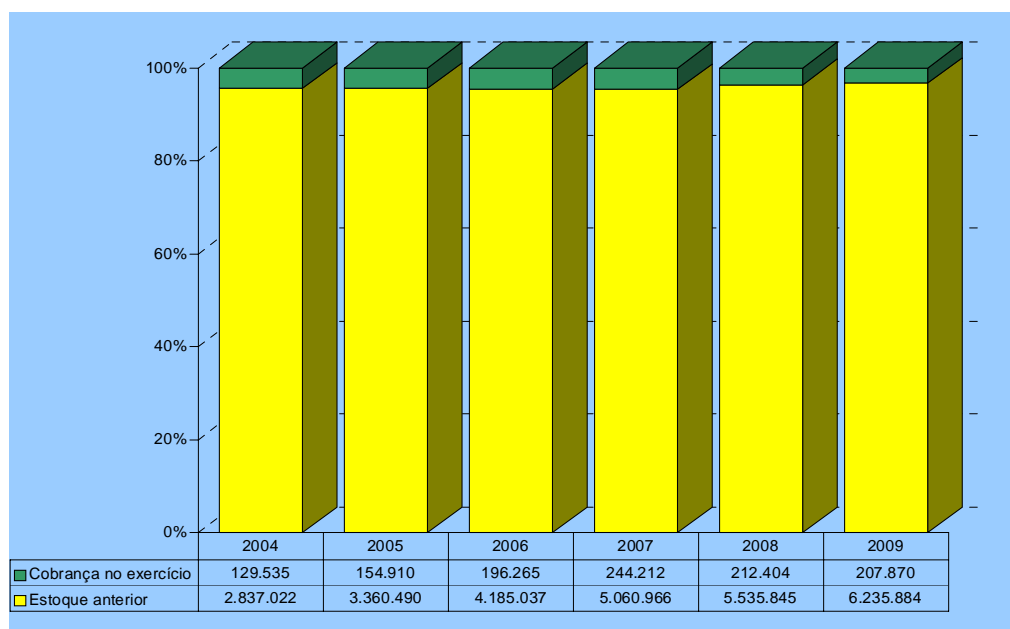
Há de se ressaltar, também, nesta análise, os valores que vêm sendo inscritos em dívida ativa, se comparados com o total da receita tributária arrecadada nos respectivos exercícios (gráficos seguintes com valores em milhares de reais correntes). Nos demonstrativos contábeis, não foi possível segregar a dívida ativa em tributária e não tributária.

Gráfico 31: Comparativo da receita tributária própria e inscrição na dívida ativa – 2004-2009



O gráfico abaixo apresenta a *performance* da cobrança da dívida ativa sobre o estoque preexistente, já que não é possível apurar a idade das cobranças recebidas no exercício.

Gráfico 32: Eficácia da cobrança da dívida ativa – 2004-2009



Cabe, ainda, comparar os valores cancelados com o desempenho da cobrança, como demonstram os gráficos a seguir.

COMPARATIVO DOS MUNICÍPIOS

Gráfico 33: Evolução da cobrança versus cancelamento da dívida ativa – 2004-2009

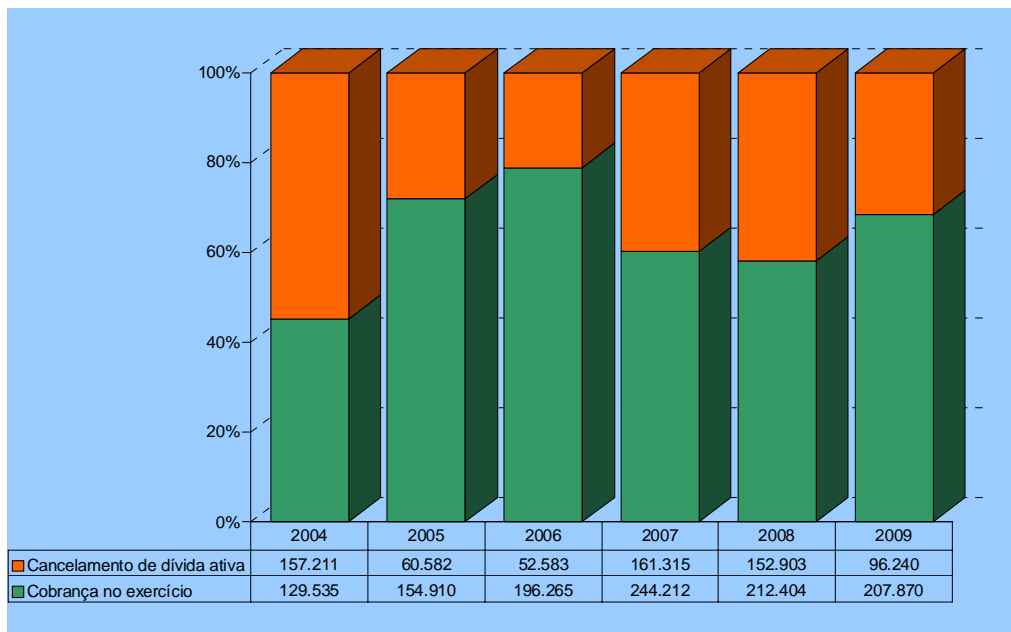
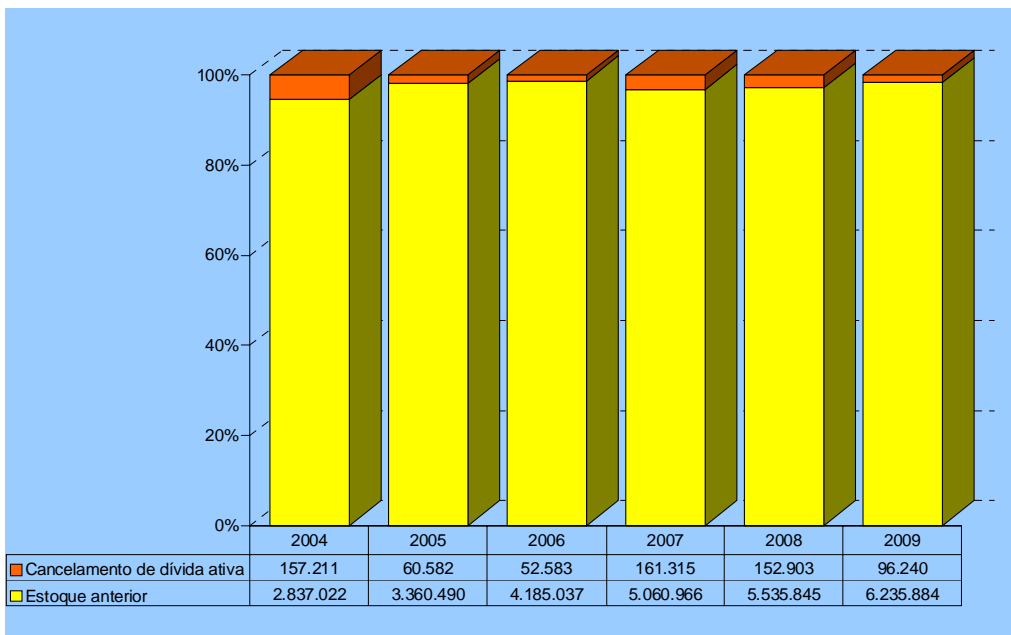


Gráfico 34: Evolução do estoque versus cancelamento da dívida ativa – 2004-2009

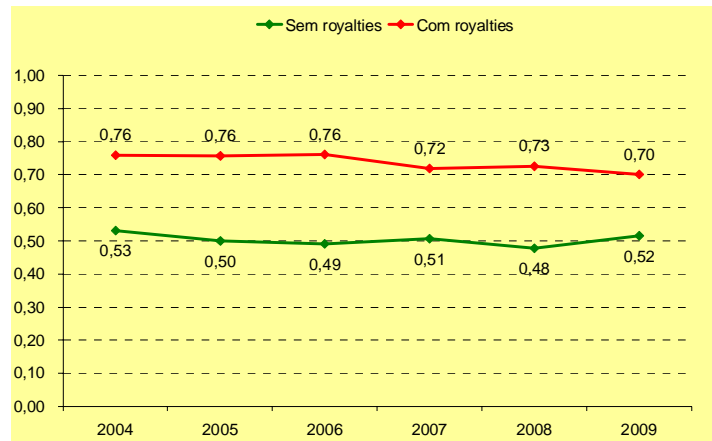


5. Indicador da dependência de transferências de recursos em 2009:

transferências correntes e de capital
receita realizada

A receita de transferências representa 52% do total da receita do município em 2009. O gráfico a seguir apresenta os valores desse indicador para os anos anteriores, demonstrando uma redução da dependência do repasse de outros entes da federação.

Gráfico 35: Indicador da dependência de transferência de recursos – 2004-2009



Caso somássemos as receitas de *royalties* ao numerador acima, a dependência de recursos transferidos, para o exercício de 2009, subiria para 70%.

Esse indicador reforça os prognósticos, já comentados, a respeito da autonomia financeira do município em face de sua dependência das transferências e, mais recentemente, de *royalties* e demais participações governamentais que, no gráfico abaixo, estão incluídos na receita própria e representaram R\$2,8 bilhões em 2009. O gráfico ilustra a reversão da receita de *royalties*, menor em R\$1,0 bilhão que a registrada em 2008.

Gráfico 36: Comparativo entre transferências correntes de outros entes e receita própria – 2004-2009



COMPARATIVO DOS MUNICÍPIOS

6. Indicador da carga tributária *per capita* em 2009:

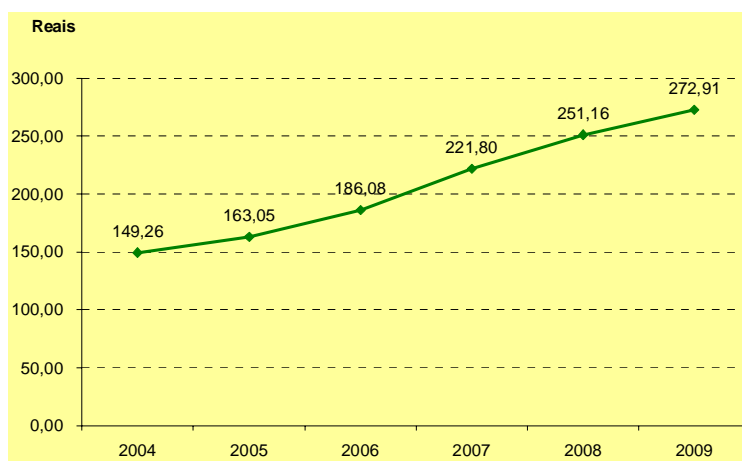
$$\frac{\text{receita tributária própria + cobrança da dívida ativa}}{\text{população dos municípios}}$$

Esse indicador reflete a carga tributária que cada habitante do município tem em decorrência da sua contribuição em impostos, taxas e contribuições de melhoria para os cofres municipais.

Ao longo do exercício de 2009, cada habitante contribuiu para com o fisco municipal em aproximadamente 273 reais. Nos exercícios anteriores, tais contribuições estão expressas em valores correntes no gráfico a seguir, havendo aumento de 83% no período.

Enquanto Macaé alcança R\$1,5 mil/hab, Laje do Muriaé não supera os R\$25/hab.

Gráfico 37: Indicador da carga tributária per capita – 2004-2009



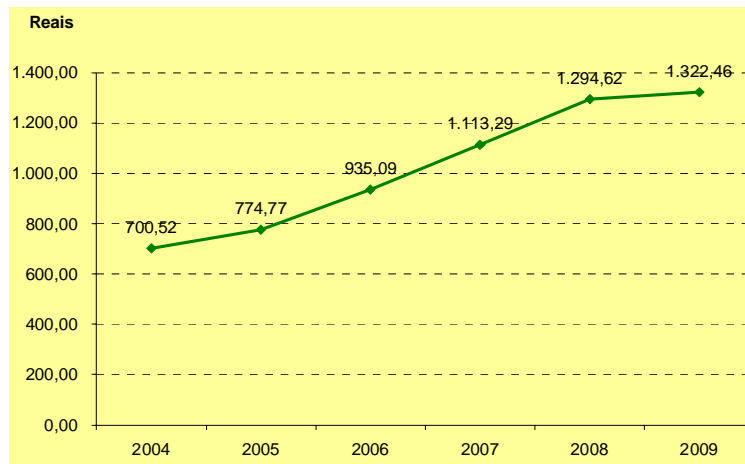
7. Indicador do custeio *per capita* em 2009:

$$\frac{\text{despesas de custeio}}{\text{população dos municípios}}$$

Esse indicador objetiva demonstrar, em tese, o *quantum* com que cada cidadão arcaria para manter a operacionalização dos órgãos públicos municipais.

Caberia a cada cidadão, caso o município não dispusesse de outra fonte de geração de recursos, contribuir com 1.322 reais em 2009. Nos exercícios anteriores, os valores estão expressos no próximo gráfico, havendo um aumento de 89% no período de seis anos. Esse indicador varia desde R\$8.180/hab em Quissamã a R\$487/hab em São Gonçalo.

Gráfico 38: Indicador do custeio per capita – 2004-2009



8. Indicador dos investimentos *per capita* em 2009:

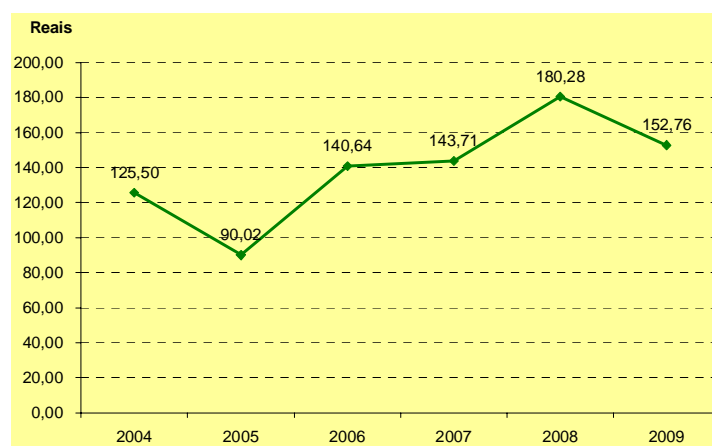
$$\frac{\text{investimentos}}{\text{população dos municípios}}$$

Esse indicador objetiva demonstrar, em relação aos investimentos públicos aplicados, o quanto representariam em benefícios para cada cidadão.

Em 2009, cada habitante recebeu da administração pública, na forma de investimentos, o equivalente a 153 reais em benefícios diretos e indiretos. O investimento *per capita* dos anos anteriores está expresso no gráfico que segue.

Se considerarmos que cada cidadão contribuiu para os cofres municipais com R\$272,91 (Indicador nº 6 – carga tributária *per capita*), a quantia de R\$152,76 representaria praticamente que 56% dos tributos pagos a eles retornaram como investimentos públicos.

Gráfico 39: Indicador dos investimentos per capita – 2004-2009



Enquanto São João da Barra investe R\$3,7 mil por habitante, Teresópolis não alcançou os oito reais *per capita*.

COMPARATIVO DOS MUNICÍPIOS

9. Indicador do grau de investimento em 2009:

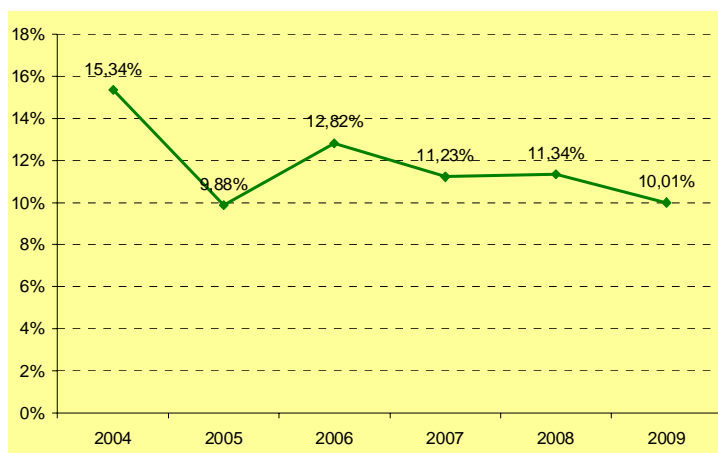
$\frac{\text{investimentos}}{\text{receita total}}$

Esse indicador reflete a contribuição da receita total na execução dos investimentos.

Os investimentos públicos correspondem a 10% da receita total dos municípios. A restrição de investimentos ocorre de forma a não comprometer a liquidez com utilização de recursos de terceiros ou com a própria manutenção da máquina administrativa, uma vez que, somente com despesas de custeio (Indicador nº 2 – comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa) já se comprometem 88% das receitas correntes.

Com exceção de 2004, esse quociente vem se mantendo em níveis equivalentes. Apenas vinte municípios apresentaram índice superior à média.

Gráfico 40: Indicador do grau de investimento – 2004-2009



10. Indicador da liquidez corrente em 2009:

$\frac{\text{ativo financeiro}}{\text{passivo financeiro}}$

Esse quociente mede a capacidade da entidade de pagar as suas obrigações com as suas disponibilidades monetárias.

O quociente acima revela perspectivas favoráveis à solvência imediata dos compromissos de curto prazo assumidos pela prefeitura.

O gráfico a seguir aponta que a situação de liquidez do conjunto dos municípios esteve equilibrada em todos os seis exercícios analisados.

Gráfico 41: Indicador de liquidez corrente – 2004-2009



Deve ser considerado que, para os municípios com as contas anuais consolidadas, o ativo financeiro inclui as aplicações de seus regimes próprios de previdência social.

Nas páginas seguintes são apresentadas tabelas que permitem comparar os desempenhos das finanças municipais, num resumo de alguns dos diversos indicadores apresentados individualmente no Estudo Socioeconômico de cada município.

Uma análise pormenorizada está disponível para cada localidade fluminense no sítio www.tce.rj.gov.br. Para mais informações, consulte o ícone ou o mapa Perfil dos Municípios.



COMPARATIVO DOS MUNICÍPIOS

Tabela 1 - Receitas totais e per capita de 2009, com indicadores

Município	Receita total em 2009 (R\$ mil)	Ranking da receita total	Receita per capita em 2009 (R\$)	Ranking da receita total per capita	Autonomia financeira em 2009	Esforço tributário em 2009
Angra dos Reis	488.830	8	2.898,25	16	17,2%	23,5%
Aperibé	23.056	87	2.412,71	26	2,3%	15,0%
Araruama	126.393	29	1.152,11	75	18,9%	29,6%
Areal	25.760	83	2.149,90	33	11,3%	12,8%
Armação de Búzios	109.259	35	3.813,18	10	18,1%	33,8%
Arraial do Cabo	48.158	54	1.790,52	47	13,7%	34,6%
Barra do Piraí	110.979	33	1.068,82	81	14,8%	11,2%
Barra Mansa	239.319	15	1.352,86	66	10,5%	18,9%
Belford Roxo	321.373	12	640,77	89	9,5%	28,2%
Bom Jardim	41.257	62	1.554,04	58	6,1%	6,5%
Bom Jesus do Itabapoana	45.614	56	1.292,06	71	6,8%	9,9%
Cabo Frio	375.806	11	2.020,42	38	14,0%	18,5%
Cachoeiras de Macacu	111.828	32	1.951,63	41	22,8%	21,7%
Cambuci	29.855	76	2.021,34	37	2,0%	2,5%
Campos dos Goytacazes	1.423.569	1	3.280,05	14	6,7%	4,9%
Cantagalo	46.333	55	2.255,76	28	8,7%	8,5%
Carapebus	52.230	52	4.374,76	7	1,5%	27,7%
Cardoso Moreira	31.247	73	2.503,57	24	1,8%	-1,6%
Carmo	38.117	66	2.114,81	34	2,8%	3,4%
Casimiro de Abreu	142.785	25	4.670,45	5	14,0%	12,8%
Comendador Levy Gasparian	19.862	89	2.247,13	29	10,0%	9,3%
Conceição de Macabu	38.548	64	1.863,41	42	4,2%	3,3%
Cordeiro	30.273	74	1.521,11	62	5,9%	10,5%
Duas Barras	27.750	80	2.548,00	22	1,8%	2,5%
Duque de Caxias	1.178.551	2	1.350,37	67	18,8%	22,4%
Engenheiro Paulo de Frontin	26.562	82	2.010,16	40	2,6%	2,4%
Guapimirim	81.058	44	1.629,37	51	10,3%	10,6%
Iguaba Grande	42.656	60	1.858,87	43	13,6%	31,0%
Itaboraí	243.846	14	1.064,85	82	18,3%	38,3%
Itaguaí	236.087	16	2.234,97	31	38,2%	43,0%
Italva	26.648	81	1.815,76	46	2,1%	2,6%
Itaocara	34.245	70	1.525,24	61	5,5%	6,1%
Itaperuna	153.174	23	1.540,15	59	7,5%	9,3%
Itatiaia	59.112	49	1.661,53	50	13,3%	16,7%
Japeri	91.553	38	900,31	84	5,7%	7,8%
Laje do Muriaé	21.074	88	2.635,26	19	1,2%	1,0%
Macaé	1.113.363	3	5.726,80	3	33,9%	27,4%
Macuco	19.584	90	3.481,07	12	4,5%	4,9%
Magé	234.437	17	959,49	83	16,0%	16,9%
Mangaratiba	143.886	24	4.422,77	6	24,9%	31,2%
Maricá	137.120	26	1.110,35	79	20,1%	16,9%
Mendes	28.074	79	1.570,12	56	4,4%	6,5%
Mesquita	130.584	27	687,08	88	9,5%	8,0%
Miguel Pereira	44.468	58	1.719,17	48	10,8%	11,8%
Miracema	41.307	61	1.539,91	60	4,5%	5,7%

(continua)

Tabela 1 – Receitas totais e per capita de 2009, com indicadores (cont.)

Município	Receita total em 2009 (R\$ mil)	Ranking da receita total	Receita per capita em 2009 (R\$)	Ranking da receita total per capita	Autonomia financeira em 2009	Esforço tributário em 2009
Natividade	34.498	69	2.239,29	30	3,5%	3,6%
Nilópolis	126.579	28	794,06	87	15,4%	17,5%
Niterói	885.588	4	1.847,35	44	42,3%	45,2%
Nova Friburgo	219.132	18	1.226,58	74	17,4%	21,3%
Nova Iguaçu	745.179	5	861,39	86	18,0%	13,2%
Paracambi	70.241	45	1.560,36	57	5,7%	10,4%
Paraíba do Sul	54.085	51	1.297,65	69	11,9%	16,9%
Paraty	126.114	30	3.529,65	11	10,8%	10,0%
Paty do Alferes	43.649	59	1.666,25	49	5,3%	4,7%
Petrópolis	467.197	9	1.482,61	64	20,8%	19,3%
Pinheiral	35.760	68	1.597,73	54	8,1%	8,0%
Piraí	106.430	36	4.075,59	9	10,0%	10,4%
Porciúncula	38.411	65	2.082,59	36	4,0%	4,2%
Porto Real	85.213	41	5.242,93	4	5,1%	5,1%
Quatis	30.041	75	2.286,78	27	4,3%	4,1%
Queimados	121.259	31	870,00	85	9,1%	14,5%
Quissamã	168.956	22	8.499,65	1	1,9%	4,0%
Resende	209.935	21	1.614,45	52	20,1%	21,7%
Rio Bonito	82.789	43	1.503,86	63	22,3%	28,2%
Rio Claro	44.986	57	2.449,42	25	4,8%	-3,5%
Rio das Flores	29.218	78	3.325,17	13	15,7%	13,1%
Rio das Ostras	395.986	10	4.098,30	8	10,8%	12,4%
Santa Maria Madalena	29.454	77	2.733,56	17	3,5%	3,6%
Santo Antônio de Pádua	59.057	50	1.392,70	65	7,0%	8,0%
São Fidélis	49.789	53	1.268,30	72	5,0%	11,8%
São Francisco de Itabapoana	61.837	48	1.292,79	70	3,7%	14,1%
São Gonçalo	544.681	6	549,42	91	19,7%	34,0%
São João da Barra	216.305	20	7.069,96	2	5,6%	5,2%
São João de Meriti	297.228	13	632,63	90	15,2%	12,7%
São José do Ubá	18.743	91	2.568,59	21	2,2%	2,8%
São José do Vale do Rio Preto	33.152	71	1.611,37	53	4,7%	5,8%
São Pedro d'Aldeia	96.570	37	1.137,91	77	14,2%	23,1%
São Sebastião do Alto	23.458	86	2.591,53	20	2,3%	1,7%
Sapucaia	37.366	67	2.152,94	32	22,7%	20,1%
Saquarema	109.382	34	1.576,69	55	26,8%	35,9%
Seropédica	87.168	40	1.105,92	80	11,8%	12,7%
Silva Jardim	68.471	46	3.080,11	15	14,1%	14,9%
Sumidouro	32.358	72	2.113,14	35	1,6%	2,7%
Tanguá	38.580	63	1.263,63	73	7,6%	10,2%
Teresópolis	217.625	19	1.342,74	68	19,7%	26,1%
Trajano de Moraes	24.908	84	2.512,42	23	1,7%	27,5%
Três Rios	84.539	42	1.111,26	78	12,6%	15,1%
Valença	87.267	39	1.150,99	76	9,3%	11,9%
Varre - Sai	24.011	85	2.712,54	18	3,1%	4,3%
Vassouras	63.156	47	1.843,47	45	8,1%	8,9%
Volta Redonda	527.198	7	2.016,80	39	18,8%	21,9%



COMPARATIVO DOS MUNICÍPIOS

Tabela 2 - Despesas totais e per capita de 2009

Município	Despesa total em 2009 (R\$ mil)	Ranking da despesa total	Apresentou equilíbrio orçamentário em 2009?	Despesa per capita em 2009 (R\$)	Ranking da despesa total per capita
Angra dos Reis	497.051	8	Não	2.946,99	14
Aperibé	26.534	81	Não	2.776,70	17
Araruama	127.573	27	Não	1.162,87	76
Areal	25.160	84	Sim	2.099,83	31
Armação de Búzios	116.310	31	Não	4.059,25	8
Arraial do Cabo	53.373	52	Não	1.984,41	38
Barra do Pirai	96.988	36	Sim	934,08	83
Barra Mansa	298.175	13	Não	1.685,57	48
Belford Roxo	316.158	12	Sim	630,37	89
Bom Jardim	41.567	58	Não	1.565,75	56
Bom Jesus do Itabapoana	45.625	55	Não	1.292,39	71
Cabo Frio	371.058	11	Sim	1.994,89	35
Cachoeiras de Macacu	104.949	34	Sim	1.831,57	43
Cambuci	27.972	76	Sim	1.893,86	41
Campos dos Goytacazes	1.239.294	1	Sim	2.855,46	15
Cantagalo	47.906	54	Não	2.332,31	26
Carapebus	57.089	49	Não	4.781,71	5
Cardoso Moreira	25.759	83	Sim	2.063,86	32
Carmo	35.796	65	Sim	1.986,00	37
Casimiro de Abreu	122.718	29	Sim	4.014,05	10
Comendador Levy Gasparian	19.663	89	Sim	2.224,61	29
Conceição de Macabu	34.418	68	Sim	1.663,74	50
Cordeiro	30.421	73	Não	1.528,54	60
Duas Barras	27.490	79	Sim	2.524,11	22
Duque de Caxias	1.192.699	2	Não	1.366,58	67
Engenheiro Paulo de Frontin	26.262	82	Sim	1.987,46	36
Guapimirim	84.843	43	Não	1.705,46	47
Iguaba Grande	39.443	63	Sim	1.718,89	46
Itaboraí	242.253	18	Sim	1.057,89	80
Itaguaí	261.194	16	Não	2.472,66	23
Italva	27.934	77	Não	1.903,38	40
Itaocara	33.740	69	Sim	1.502,77	62
Itaperuna	156.762	23	Não	1.576,23	53
Itatiaia	54.912	51	Sim	1.543,48	59
Japeri	80.389	44	Sim	790,53	86
Laje do Muriaé	18.992	90	Sim	2.374,89	25
Macaé	1.055.172	3	Sim	5.427,47	4
Macuco	20.600	88	Não	3.661,63	11
Magé	251.362	17	Não	1.028,76	81
Mangaratiba	140.007	24	Sim	4.303,53	6
Maricá	124.458	28	Sim	1.007,83	82
Mendes	30.970	72	Não	1.732,12	45
Mesquita	129.330	26	Sim	680,48	88
Miguel Pereira	40.901	60	Sim	1.581,27	52
Miracema	42.085	57	Não	1.568,94	55

(continua)

Tabela 2 – Despesas totais e per capita de 2009 (cont.)

Município	Despesa total em 2009 (R\$ mil)	Ranking da despesa total	Apresentou equilíbrio orçamentário em 2009?	Despesa per capita em 2009 (R\$)	Ranking da despesa total per capita
Natividade	31.736	71	Sim	2.059,95	33
Nilópolis	138.261	25	Não	867,34	85
Niterói	894.218	4	Não	1.865,35	42
Nova Friburgo	222.242	19	Não	1.243,99	72
Nova Iguaçu	754.565	5	Não	872,24	84
Paracambi	71.663	45	Não	1.591,94	51
Paraíba do Sul	49.378	53	Sim	1.184,73	74
Paraty	118.790	30	Sim	3.324,65	13
Paty do Alferes	39.738	61	Sim	1.516,93	61
Petrópolis	448.939	9	Sim	1.424,66	64
Pinheiral	35.172	67	Sim	1.571,46	54
Pirai	106.428	32	Sim	4.075,53	7
Porciúncula	35.313	66	Sim	1.914,63	39
Porto Real	90.186	39	Não	5.548,88	3
Quatis	26.851	80	Sim	2.043,91	34
Queimados	105.126	33	Sim	754,25	87
Quissamã	174.543	22	Não	8.780,69	2
Resende	193.828	21	Sim	1.490,58	63
Rio Bonito	86.120	42	Não	1.564,36	57
Rio Claro	41.438	59	Sim	2.256,21	27
Rio das Flores	29.804	74	Não	3.391,86	12
Rio das Ostras	388.853	10	Sim	4.024,47	9
Santa Maria Madalena	29.116	75	Sim	2.702,18	18
Santo Antônio de Pádua	56.318	50	Sim	1.328,11	69
São Fidélis	45.385	56	Sim	1.156,12	77
São Francisco de Itabapoana	66.563	46	Sim	1.391,61	66
São Gonçalo	530.029	7	Não	534,64	91
São João da Barra	284.699	14	Sim	9.305,42	1
São João de Meriti	270.565	15	Não	575,88	90
São José do Ubá	18.726	91	Sim	2.566,30	20
São José do Vale do Rio Preto	31.937	70	Sim	1.552,28	58
São Pedro d'Aldeia	91.743	38	Sim	1.081,04	79
São Sebastião do Alto	23.247	86	Sim	2.568,13	19
Sapucaia	37.061	64	Sim	2.135,33	30
Saquarema	97.700	35	Sim	1.408,31	65
Seropédica	88.094	41	Sim	1.117,67	78
Silva Jardim	62.987	47	Não	2.833,43	16
Sumidouro	27.705	78	Sim	1.809,26	44
Tanguá	39.626	62	Sim	1.297,89	70
Teresópolis	220.416	20	Não	1.359,96	68
Trajano de Moraes	25.154	85	Não	2.537,21	21
Três Rios	94.054	37	Não	1.236,33	73
Valença	89.033	40	Não	1.174,29	75
Varre - Sai	21.163	87	Não	2.390,80	24
Vassouras	57.092	48	Sim	1.666,48	49
Volta Redonda	582.813	6	Sim	2.229,56	28



COMPARATIVO DOS MUNICÍPIOS

Tabela 3 - Carga tributária per capita em 2009 – total e rubricas

Município	Carga tributária per capita em 2009 (R\$)	Ranking da carga tributária per capita	IPTU per capita em 2009 (R\$)	Ranking do IPTU per capita	ISS per capita em 2009 (R\$)	Ranking do ISS per capita
Angra dos Reis	450,52	7	159,14	4	252,40	12
Aperibé	50,53	80	6,12	86	33,31	68
Araruama	203,82	29	81,56	16	54,02	47
Areal	222,47	26	36,10	32	152,68	21
Armação de Búzios	664,86	5	234,32	3	171,03	20
Arraial do Cabo	262,43	21	82,67	15	43,83	53
Barra do Piraí	125,82	44	24,94	49	72,24	38
Barra Mansa	141,46	39	38,91	31	89,06	33
Belford Roxo	56,58	75	10,98	76	33,31	67
Bom Jardim	86,90	59	10,49	78	43,31	54
Bom Jesus do Itabapoana	83,19	61	25,80	46	34,27	63
Cabo Frio	262,28	22	104,60	12	80,18	36
Cachoeiras de Macacu	374,94	11	18,11	62	343,24	6
Cambuci	33,45	89	7,95	81	19,53	83
Campos dos Goytacazes	161,58	37	34,36	35	89,39	32
Cantagalo	183,69	33	7,22	84	147,61	22
Carapebus	70,20	67	10,56	77	53,68	49
Cardoso Moreira	34,90	88	7,69	83	16,63	85
Carmo	52,54	79	9,98	80	34,10	64
Casimiro de Abreu	529,25	6	43,68	25	463,37	4
Comendador Levy Gasparian	209,80	28	10,24	79	193,07	16
Conceição de Macabu	60,82	74	13,43	71	24,21	78
Cordeiro	87,87	56	39,77	30	35,24	62
Duas Barras	41,02	84	11,67	74	21,79	79
Duque de Caxias	236,94	25	41,46	29	185,81	17
Engenheiro Paulo de Frontin	48,25	82	18,36	61	24,26	77
Guapimirim	162,57	36	30,36	42	115,27	25
Iguaba Grande	215,90	27	118,60	7	44,25	52
Itaboraí	171,40	34	34,60	34	112,14	27
Itaguaí	784,07	3	108,83	10	643,72	2
Italva	38,25	87	18,60	60	13,40	90
Itaocara	73,97	65	22,25	52	39,59	58
Itaperuna	109,34	50	31,23	41	57,73	44
Itatiaia	200,19	30	68,36	20	106,53	29
Japeri	38,70	86	4,47	88	29,84	72
Laje do Muriaé	25,37	91	6,42	85	13,90	89
Macaé	1.496,31	1	49,35	24	1.384,23	1
Macuco	129,92	43	35,50	33	74,46	37
Magé	136,51	41	25,07	48	92,35	31
Mangaratiba	970,23	2	307,82	2	474,74	3
Maricá	187,77	31	116,61	8	31,37	70
Mendes	70,19	68	11,12	75	27,81	74
Mesquita	54,70	77	20,86	54	19,75	82
Miguel Pereira	166,49	35	72,78	18	67,81	40
Miracema	64,48	72	21,19	53	27,48	75

(continua)

Tabela 3 – Carga tributária per capita em 2009 – total e rubricas (cont.)

Município	Carga tributária per capita em 2009 (R\$)	Ranking da carga tributária per capita	IPTU per capita em 2009 (R\$)	Ranking do IPTU per capita	ISS per capita em 2009 (R\$)	Ranking do ISS per capita
Natividade	68,07	69	18,89	58	33,43	66
Nilópolis	108,86	51	33,26	38	41,32	55
Niterói	737,42	4	313,76	1	279,58	9
Nova Friburgo	187,64	32	67,76	21	62,99	41
Nova Iguaçu	113,66	49	31,68	40	61,78	43
Paracambi	88,43	55	16,48	68	62,29	42
Paraíba do Sul	125,13	46	43,37	26	37,35	59
Paraty	281,35	19	90,31	13	115,18	26
Paty do Alferes	77,79	64	41,74	27	14,82	87
Petrópolis	286,85	18	114,41	9	106,87	28
Pinheiral	114,55	48	17,90	64	88,35	34
Piraí	342,89	14	66,35	23	226,64	13
Porciúncula	72,87	66	32,42	39	29,25	73
Porto Real	249,79	24	18,87	59	215,39	14
Quatis	84,01	60	20,84	55	31,75	69
Queimados	62,54	73	14,52	69	39,94	56
Quissamã	158,55	38	28,60	44	124,36	24
Resende	270,69	20	67,28	22	181,12	18
Rio Bonito	324,41	15	33,69	37	254,95	11
Rio Claro	97,42	53	23,12	50	53,85	48
Rio das Flores	394,05	9	16,78	67	313,46	7
Rio das Ostras	376,99	10	79,56	17	178,08	19
Santa Maria Madalena	87,26	57	12,13	73	53,02	50
Santo Antônio de Pádua	81,11	62	33,83	36	30,04	71
São Fidélis	53,85	78	13,12	72	11,61	91
São Francisco de Itabapoana	48,57	81	14,32	70	21,65	80
São Gonçalo	95,92	54	29,30	43	39,71	57
São João da Barra	306,76	17	22,80	51	268,29	10
São João de Meriti	80,24	63	27,82	45	35,52	61
São José do Ubá	46,60	83	7,74	82	20,58	81
São José do Vale do Rio Preto	67,98	71	16,94	66	16,75	84
São Pedro d'Aldeia	141,22	40	71,02	19	34,01	65
São Sebastião do Alto	56,51	76	3,90	90	44,80	51
Sapucaia	439,55	8	20,47	56	399,86	5
Saquarema	318,27	16	142,30	5	128,55	23
Seropédica	123,70	47	16,94	65	96,16	30
Silva Jardim	346,13	13	17,97	63	310,13	8
Sumidouro	26,33	90	3,50	91	15,62	86
Tanguá	87,18	58	19,42	57	35,65	60
Teresópolis	256,78	23	107,41	11	56,89	45
Trajano de Moraes	40,29	85	4,64	87	25,01	76
Três Rios	134,05	42	41,65	28	70,15	39
Valença	105,56	52	85,00	14	14,76	88
Varre - Sai	68,00	70	4,11	89	56,55	46
Vassouras	125,16	45	25,43	47	86,16	35
Volta Redonda	351,92	12	140,13	6	195,35	15



COMPARATIVO DOS MUNICÍPIOS

Tabela 4 - Custeio per capita e comprometimento em 2009

Município	Custeio per capita em 2009 (R\$)	Ranking do custeio per capita	Comprometimento da receita corrente com o custeio em 2009	Ranking do comprometimento com o custeio
Angra dos Reis	2.616,80	12	90%	48
Aperibé	2.224,20	21	96%	16
Araruama	1.080,01	73	94%	29
Areal	1.975,30	29	92%	38
Armação de Búzios	3.671,06	8	98%	9
Arraial do Cabo	1.911,60	33	107%	1
Barra do Piraí	848,73	83	79%	86
Barra Mansa	1.348,71	63	100%	6
Belford Roxo	597,75	88	95%	23
Bom Jardim	1.426,59	59	95%	20
Bom Jesus do Itabapoana	1.220,46	68	96%	15
Cabo Frio	1.875,56	35	93%	35
Cachoeiras de Macacu	1.647,32	44	87%	66
Cambuci	1.670,39	43	87%	64
Campos dos Goytacazes	2.415,02	18	74%	91
Cantagalo	2.100,00	26	96%	18
Carapebus	4.646,67	4	106%	2
Cardoso Moreira	1.895,44	34	80%	85
Carmo	1.856,19	37	91%	39
Casimiro de Abreu	3.789,72	7	83%	78
Comendador Levy Gasparian	2.105,54	25	94%	30
Conceição de Macabu	1.461,83	54	83%	79
Cordeiro	1.481,56	52	97%	10
Duas Barras	2.267,02	20	95%	21
Duque de Caxias	1.263,57	67	94%	28
Engenheiro Paulo de Frontin	1.825,36	38	91%	40
Guapimirim	1.583,00	47	97%	12
Iguaba Grande	1.589,71	46	87%	62
Itaboraí	938,23	80	88%	59
Itaguaí	2.055,17	27	92%	37
Italva	1.795,18	40	99%	8
Itaocara	1.351,67	62	89%	56
Itaperuna	1.455,25	56	94%	24
Itatiaia	1.504,40	51	91%	45
Japeri	678,04	86	75%	89
Laje do Muriaé	2.178,63	23	83%	80
Macaé	4.411,91	5	77%	88
Macuco	2.901,54	11	84%	74
Magé	851,88	82	89%	54
Mangaratiba	3.901,14	6	88%	58
Maricá	932,36	81	84%	71
Mendes	1.607,37	45	102%	4
Mesquita	575,54	89	88%	60
Miguel Pereira	1.535,81	50	90%	46
Miracema	1.435,67	58	94%	25

(continua)

Tabela 4 – Custeio *per capita* e comprometimento em 2009 (cont.)

Município	Custeio per capita em 2009 (R\$)	Ranking do custeio per capita	Comprometimento da receita corrente com o custeio em 2009	Ranking do comprometimento com o custeio
Natividade	1.930,93	32	90%	51
Nilópolis	707,03	84	89%	53
Niterói	1.743,55	41	94%	26
Nova Friburgo	1.076,28	74	93%	36
Nova Iguaçu	632,07	87	91%	43
Paracambi	1.538,16	49	100%	7
Paraíba do Sul	1.050,79	77	81%	82
Paraty	2.616,41	13	75%	90
Paty do Alferes	1.472,76	53	91%	41
Petrópolis	1.378,84	61	93%	33
Pinheiral	1.422,95	60	90%	52
Piraí	3.425,18	10	90%	49
Porciúncula	1.802,41	39	87%	61
Porto Real	4.907,10	3	94%	31
Quatis	1.940,21	30	87%	67
Queimados	687,37	85	80%	84
Quissamã	8.180,31	1	96%	14
Resende	1.346,90	64	86%	68
Rio Bonito	1.452,92	57	97%	13
Rio Claro	2.034,80	28	83%	76
Rio das Flores	2.503,32	14	84%	70
Rio das Ostras	3.499,94	9	85%	69
Santa Maria Madalena	2.494,62	15	93%	32
Santo Antônio de Pádua	1.158,65	70	84%	73
São Fidélis	1.067,34	75	89%	55
São Francisco de Itabapoana	1.312,18	65	101%	5
São Gonçalo	487,45	91	91%	42
São João da Barra	5.466,29	2	78%	87
São João de Meriti	526,29	90	83%	75
São José do Ubá	2.154,92	24	87%	65
São José do Vale do Rio Preto	1.459,84	55	91%	44
São Pedro d'Aldeia	997,51	79	88%	57
São Sebastião do Alto	2.436,22	17	94%	27
Sapucaia	1.934,49	31	90%	50
Saquarema	1.187,54	69	84%	72
Seropédica	1.050,25	78	95%	22
Silva Jardim	2.463,50	16	80%	83
Sumidouro	1.692,68	42	81%	81
Tanguá	1.142,21	71	90%	47
Teresópolis	1.305,20	66	97%	11
Trajano de Moraes	2.405,59	19	96%	19
Três Rios	1.067,05	76	96%	17
Valença	1.129,11	72	105%	3
Varre - Sai	2.198,67	22	83%	77
Vassouras	1.553,32	48	87%	63
Volta Redonda	1.867,01	36	93%	34



COMPARATIVO DOS MUNICÍPIOS

Tabela 5 - Investimento *per capita* e grau de investimento em 2009

Município	Investimento per capita em 2009 (R\$)	Ranking do investimento per capita	Grau de investimento em 2009	Ranking do grau de investimento
Angra dos Reis	269,59	18	9%	27
Aperibé	514,88	8	21%	4
Araruama	29,88	82	3%	79
Areal	78,61	63	4%	74
Armação de Búzios	163,77	24	4%	65
Arraial do Cabo	19,14	88	1%	90
Barra do Piraí	57,35	74	5%	51
Barra Mansa	287,08	17	21%	5
Belford Roxo	16,51	90	3%	81
Bom Jardim	84,63	59	5%	48
Bom Jesus do Itabapoana	48,21	76	4%	73
Cabo Frio	99,41	48	5%	57
Cachoeiras de Macacu	157,15	28	8%	32
Cambuci	183,86	23	9%	29
Campos dos Goytacazes	356,19	13	11%	20
Cantagalo	204,16	21	9%	30
Carapebus	82,52	61	2%	84
Cardoso Moreira	101,11	46	4%	69
Carmo	87,08	56	4%	68
Casimiro de Abreu	198,95	22	4%	66
Comendador Levy Gasparian	68,59	68	3%	78
Conceição de Macabu	118,17	40	6%	42
Cordeiro	38,82	78	3%	82
Duas Barras	244,37	19	10%	25
Duque de Caxias	61,79	72	5%	61
Engenheiro Paulo de Frontin	162,09	25	8%	31
Guapimirim	122,46	37	8%	37
Iguaba Grande	84,21	60	5%	63
Itaboraí	98,34	50	9%	28
Itaguaí	388,15	12	17%	9
Italva	68,16	69	4%	71
Itaocara	101,39	45	7%	41
Itaperuna	108,04	43	7%	40
Itatiaia	20,49	86	1%	89
Japeri	106,44	44	12%	18
Laje do Muriaé	156,15	29	6%	45
Macaé	902,92	2	16%	11
Macuco	703,60	4	20%	6
Magé	161,67	26	17%	10
Mangaratiba	336,11	14	8%	36
Maricá	55,45	75	5%	56
Mendes	119,95	39	8%	35
Mesquita	98,48	49	14%	15
Miguel Pereira	22,95	84	1%	87
Miracema	85,30	57	6%	47

(continua)

Tabela 5 – Investimento per capita e grau de investimento em 2009 (cont.)

Município	Investimento per capita em 2009 (R\$)	Ranking do investimento per capita	Grau de investimento em 2009	Ranking do grau de investimento
Natividade	69,95	66	3%	76
Nilópolis	152,91	31	19%	7
Niterói	96,98	53	5%	53
Nova Friburgo	147,65	32	12%	17
Nova Iguaçu	212,01	20	25%	2
Paracambi	21,81	85	1%	86
Paraíba do Sul	99,98	47	8%	33
Paraty	676,94	5	19%	8
Paty do Alferes	42,95	77	3%	80
Petrópolis	19,37	87	1%	88
Pinheiral	97,25	51	6%	44
Piraí	626,91	6	15%	13
Porciúncula	112,22	42	5%	49
Porto Real	501,80	10	10%	26
Quatis	70,33	65	3%	77
Queimados	66,88	71	8%	34
Quissamã	598,76	7	7%	39
Resende	77,07	64	5%	59
Rio Bonito	79,74	62	5%	52
Rio Claro	120,43	38	5%	58
Rio das Flores	804,67	3	24%	3
Rio das Ostras	507,65	9	12%	16
Santa Maria Madalena	138,69	35	5%	55
Santo Antônio de Pádua	139,16	34	10%	23
São Fidélis	27,61	83	2%	83
São Francisco de Itabapoana	69,58	67	5%	50
São Gonçalo	34,71	81	6%	43
São João da Barra	3.673,06	1	52%	1
São João de Meriti	36,11	80	6%	46
São José do Ubá	401,70	11	16%	12
São José do Vale do Rio Preto	67,78	70	4%	67
São Pedro d'Aldeia	38,46	79	3%	75
São Sebastião do Alto	97,11	52	4%	72
Sapucaia	160,90	27	7%	38
Saquarema	154,68	30	10%	24
Seropédica	57,77	73	5%	54
Silva Jardim	315,74	15	10%	22
Sumidouro	94,84	54	4%	64
Tanguá	146,38	33	12%	19
Teresópolis	7,86	91	1%	91
Trajano de Moraes	94,83	55	4%	70
Três Rios	115,89	41	10%	21
Valença	18,98	89	2%	85
Varre - Sai	123,21	36	5%	62
Vassouras	85,07	58	5%	60
Volta Redonda	298,72	16	15%	14



COMPARATIVO DOS MUNICÍPIOS

Tabela 6 – Royalties e dependência de transferências em 2009

Município	Royalties recebidos em 2009 (R\$ mil)	Ranking dos royalties recebidos	Royalties per capita em 2009 (R\$)	Ranking dos royalties per capita	Grau de dependência de transferências e royalties em 2009	Proporção dos royalties na receita total em 2009
Angra dos Reis	76.739	7	454,98	17	73%	16%
Aperibé	3.046	85	318,79	27	87%	13%
Araruama	6.745	39	61,48	74	65%	5%
Areal	556	89	46,37	79	79%	2%
Armação de Búzios	41.610	11	1.452,22	9	78%	38%
Arraial do Cabo	5.832	44	216,85	41	72%	12%
Barra do Piraí	7.976	31	76,82	69	58%	7%
Barra Mansa	14.368	21	81,22	66	66%	6%
Belford Roxo	9.435	26	18,81	86	77%	3%
Bom Jardim	4.804	55	180,97	49	83%	12%
Bom Jesus do Itabapoana	5.126	52	145,20	55	85%	11%
Cabo Frio	128.886	5	692,92	12	77%	34%
Cachoeiras de Macacu	24.991	16	436,15	19	71%	22%
Cambuci	4.035	72	273,17	31	88%	14%
Campos dos Goytacazes	887.292	1	2.044,41	4	84%	62%
Cantagalo	4.893	53	238,20	37	80%	11%
Carapebus	22.884	18	1.916,76	5	96%	44%
Cardoso Moreira	3.975	73	318,51	28	81%	13%
Carmo	4.464	62	247,65	35	89%	12%
Casimiro de Abreu	55.909	10	1.828,78	7	77%	39%
Comendador Levy Gasparian	538	90	60,83	75	88%	3%
Conceição de Macabu	4.472	61	216,15	42	78%	12%
Cordeiro	4.348	66	218,49	40	85%	14%
Duas Barras	3.808	78	349,62	26	89%	14%
Duque de Caxias	58.545	9	67,08	73	71%	5%
Engenheiro Paulo de Frontin	3.915	74	296,26	29	96%	15%
Guapimirim	26.857	14	539,86	15	85%	33%
Iguaba Grande	4.451	63	193,98	46	72%	10%
Itaboraí	8.357	28	36,49	83	67%	3%
Itaguaí	8.342	29	78,97	67	52%	4%
Italva	3.855	76	262,67	34	86%	14%
Itaocara	4.571	59	203,58	44	86%	13%
Itaperuna	6.991	37	70,29	72	88%	5%
Itatiaia	5.300	50	148,97	54	74%	9%
Japeri	12.208	22	120,05	60	83%	13%
Laje do Muriaé	3.495	83	437,04	18	85%	17%
Macaé	367.259	2	1.889,06	6	62%	33%
Macuco	3.514	82	624,62	13	94%	18%
Magé	31.613	13	129,39	58	75%	13%
Mangaratiba	25.288	15	777,31	11	67%	18%
Maricá	23.301	17	188,68	47	65%	17%
Mendes	4.193	68	234,52	38	93%	15%
Mesquita	7.465	33	39,28	82	85%	6%
Miguel Pereira	4.742	56	183,33	48	78%	11%
Miracema	4.695	58	175,03	51	79%	11%

(continua)

Tabela 6 – Royalties e dependência de transferências em 2009 (cont.)

Município	Royalties recebidos em 2009 (R\$ mil)	Ranking dos royalties recebidos	Royalties per capita em 2009 (R\$)	Ranking dos royalties per capita	Grau de dependência de transferências e royalties em 2009	Proporção dos royalties na receita total em 2009
Natividade	4.069	70	264,15	33	75%	12%
Nilópolis	7.273	34	45,63	80	69%	6%
Niterói	40.367	12	84,21	63	42%	5%
Nova Friburgo	8.139	30	45,56	81	75%	4%
Nova Iguaçu	11.174	23	12,92	89	63%	1%
Paracambi	5.385	49	119,61	61	91%	8%
Paraíba do Sul	938	87	22,50	85	83%	2%
Paraty	63.016	8	1.763,66	8	84%	50%
Paty do Alferes	4.738	57	180,88	50	75%	11%
Petrópolis	11.113	24	35,27	84	63%	2%
Pinheiral	4.494	60	200,77	45	83%	13%
Piraí	14.745	20	564,63	14	78%	14%
Porciúncula	4.205	67	227,99	39	78%	11%
Porto Real	6.822	38	419,72	20	93%	8%
Quatis	3.862	75	293,96	30	88%	13%
Queimados	7.171	36	51,45	76	74%	6%
Quissamã	94.746	6	4.766,36	2	95%	56%
Resende	9.663	25	74,31	70	70%	5%
Rio Bonito	5.647	46	102,57	62	67%	7%
Rio Claro	4.442	64	241,85	36	77%	10%
Rio das Flores	3.591	80	408,66	21	85%	12%
Rio das Ostras	233.868	3	2.420,44	3	81%	59%
Santa Maria Madalena	4.039	71	374,86	25	96%	14%
Santo Antônio de Pádua	5.579	47	131,57	57	79%	9%
São Fidélis	5.434	48	138,42	56	81%	11%
São Francisco de Itabapoana	6.184	42	129,28	59	93%	10%
São Gonçalo	7.215	35	7,28	90	67%	1%
São João da Barra	159.736	4	5.220,98	1	93%	74%
São João de Meriti	8.470	27	18,03	87	68%	3%
São José do Ubá	3.519	81	482,26	16	95%	19%
São José do Vale do Rio Preto	4.400	65	213,87	43	94%	13%
São Pedro d'Aldeia	6.182	43	72,85	71	67%	6%
São Sebastião do Alto	3.681	79	406,65	22	89%	16%
Sapucaia	835	88	48,09	78	64%	2%
Saquarema	5.778	45	83,28	64	64%	5%
Seropédica	6.205	41	78,73	68	84%	7%
Silva Jardim	22.066	19	992,62	10	79%	32%
Sumidouro	4.161	69	271,70	32	85%	13%
Tanguá	4.823	54	157,97	52	89%	13%
Teresópolis	7.869	32	48,55	77	69%	4%
Trajano de Moraes	3.819	77	385,20	24	89%	15%
Três Rios	1.093	86	14,36	88	68%	1%
Valença	6.276	40	82,77	65	78%	7%
Varre - Sai	3.482	84	393,37	23	85%	15%
Vassouras	5.128	51	149,68	53	81%	8%
Volta Redonda	não informado	91	não informado	91	65%	não informado



COMPARATIVO DOS MUNICÍPIOS

Órgão responsável pelos Estudos Socioeconômicos

Coordenadoria de Auditoria de Qualidade

Marisa de Lima Gomes

Equipe Técnica

Marcelo Franca de Faria Mello

Eduardo Henrique Sant'Anna Pinheiro

Colaboradores

Elaine Gomes e Souza Santos

Claudio Eduardo Aranha

Arte

Maria Inês Blanchart

Agradecimentos

Inspetoria de Exame das Administrações Financeiras
da Subsecretaria de Controle Municipal